



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

DEBORA BARBOSA DE VASCONCELOS MATOS

**HISTÓRIA DO CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA PELA UFS
(1951-1993)**

São Cristóvão - SE

2023

DEBORA BARBOSA DE VASCONCELOS MATOS

**HISTÓRIA DO CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA PELA UFS
(1951-1993)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do Título de Graduação.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

São Cristóvão - SE

2023

"[...] muitos alunos das licenciaturas e bacharelados em História desconhecem a história de seu próprio curso" (NASCIMENTO, 2013, p. 298).

RESUMO

MATOS, Débora Barbosa de Vasconcelos. **História do curso de bacharelado em História pela UFS (1951-1993)**. Monografia – UFS (Universidade Federal de Sergipe), CECH (Centro de Educação e Ciências Humanas), DHI (Departamento de História). São Cristóvão, 2023.

O presente trabalho tem por objetivo realizar um balanço das atividades desenvolvidas pelo extinto curso de bacharelado em História pela Universidade Federal de Sergipe entre os anos de 1951 e 1993, ao trazer suas contribuições e contradições no contexto das transformações da profissão do historiador. Nessa proposta, buscamos discutir a identidade e a estrutura curricular do curso de História, a partir da problemática sobre a dicotomia entre teoria/prática, professor/pesquisador e licenciatura/bacharelado.

Palavras-chave: Ensino de História; Bacharelado; Profissional de História.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I – PRIMEIROS ANOS DO CURSO	13
1. 1. ORIGEM DO BACHARELADO	13
1. 2. QUE PROFISSIONAL O CURSO VISAVA FORMAR?	14
1. 3. A NECESSIDADE DE UM NOVO CURRÍCULO MÍNIMO	17
CAPÍTULO II – A DISPUTA POR ESPAÇO ENTRE ENSINO E PESQUISA	20
2. 2. REFORMAS EDUCACIONAIS E OS ESTUDOS SOCIAIS	23
2. 3. MEMÓRIAS SOBRE SILVÉRIO E OS PRIMÓRDIOS DA PESQUISA NO CURSO	27
2. 4. RESISTÊNCIA AO CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS	31
CAPÍTULO III – UM NOVO CURSO A PARTIR DE 1981	36
3. 1. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA EM DISCUSSÃO	36
3. 2. O RESSURGIMENTO DO BACHARELADO EM HISTÓRIA PELA UFS EM 1981	38
3. 3. CONTRASTE COM OS OUTROS CURSOS DE HISTÓRIA DO PAÍS	40
3. 4. ENTRE OS AVANÇOS E RETROCESSOS PARA A PESQUISA NO CURSO	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
FONTES DOCUMENTAIS	53
FONTES ORAIS	54
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada	56
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada	58
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar um balanço das atividades desenvolvidas pelo antigo curso de bacharelado em História pela Universidade Federal de Sergipe entre os anos de 1951 e 1993, ao trazer suas contribuições e contradições no contexto das transformações da profissão do historiador. Nessa proposta, buscamos discutir a identidade e a estrutura curricular do Curso de História, a partir da problemática sobre a dicotomia entre teoria/prática, professor/pesquisador e licenciatura/bacharelado. A ideia da pesquisa surgiu após o contato com alguns professores do Departamento de História, e sofreu adaptações conforme novas circunstâncias se estabeleceram.

A princípio, durante os primeiros períodos da graduação (entre os anos de 2017, 2018), por vezes, era comum ouvir alguns comentários a respeito da extinção do bacharelado em História pela Universidade Federal de Sergipe, provenientes de um dos professores do curso, Francisco José Alves. Ele relatava que, na época de tal decisão, havia se posicionado contrariamente, e que permanecia com a opinião. Além disso, comentava a respeito das condições da estrutura vigente do currículo do curso de História, que, unicamente com a licenciatura, visa formar professores pesquisadores. Contudo, naquele momento, tal evento ainda não havia sido enxergado como uma possibilidade de problemática para pesquisa.

Na reta final do curso (no segundo semestre de 2021), o professor Claudefranklin Monteiro, no espaço de uma de suas aulas de Fundamentos de Estágio Supervisionado em Ensino de História II, fez um comentário sobre não serem exigidos trabalhos de conclusão de curso no período anterior à sua graduação (1992-1995), e explicou que, em vez disso, os alunos faziam um levantamento de fontes históricas durante o estágio. Defronte com esta informação, surgiu o interesse em fazer o trabalho da disciplina de Prática de Pesquisa sobre o percurso das monografias da graduação em História pela UFS.

Para tanto, ao tempo em que solicitava orientações dos professores Antônio Fernando de Araújo Sá e Francisco Alves, este último sugeriu conferir os Projetos Pedagógicos do curso de História, que, segundo ele, estariam disponíveis nas resoluções do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE). Os documentos já estavam dispostos no portal da UFS – os mais antigos, digitalizados – e, no decurso da averiguação, ocasionalmente foi

encontrada a Resolução nº 01/2010, que redigia a decisão acerca da extinção do bacharelado em História.

O encontro com esta fonte fez com que o tema de pesquisa fosse modificado, visto que, além de saber através dos comentários do professor Francisco que a decisão não havia sido unânime, ela aparentava representar uma mudança significativa no que se refere à identidade do curso. Nesse caso, deduziu-se que a extinção se configurou como um evento importante na história do curso e que merecia um trabalho de pesquisa exclusivo. Além disso, houve uma recente reforma no Departamento, na qual, como de costume, os professores discutem os rumos do currículo do curso de História e as funções pertencentes ao atual profissional de História – sendo estas a de professor de História e de historiador. Então, pensou-se na possibilidade da pesquisa sobre o bacharelado servir como um material estimulante de discussões e análises adicionais sobre o curso de História na UFS.

Nesse ínterim, foi sugerido pelo professor Fernando Sá fazer uma análise das Atas das reuniões dos professores do Departamento de História, já que a decisão da extinção havia partido deles após tais encontros de rotina. Além disso, o professor, naquela altura como oficialmente orientador de Prática de Pesquisa, também recomendou coletar o testemunho de alguns dos professores que participaram destas reuniões, através da realização de entrevistas de História Oral, para que seus relatos pudessem colaborar com a investigação do tema da pesquisa. Em síntese, os professores mencionados foram essenciais para a iniciativa deste trabalho.

No que diz respeito ao seu desenvolvimento, se destacam as fundamentais colaborações de atuais e antigos professores do Departamento de História, e as do atual diretor do Departamento de Administração Acadêmica (DAA). Carlos de Oliveira Malaquias, enquanto professor e Chefe do DHI, a princípio, ajudou facilitando o acesso às Atas das reuniões do DHI, para que pudesse ser feita a digitalização. Elas estavam em uma das salas da secretaria do DHI que, incumbida da função de Arquivo, não era aberta há uns 4 anos, ou seja, os documentos não recebiam cuidados há um tempo considerável. Ao final, foram digitalizadas as Atas referentes ao período de 1973 a 1997, pois as das décadas posteriores já estavam disponíveis em formato digital.

Ainda enquanto ocorria o início da fase heurística da pesquisa, o diretor do DAA, Antônio Edilson do Nascimento, ajudou concedendo acesso aos dados quantitativos e

qualitativos acerca do curso de bacharelado em História pela UFS, associados aos alunos e à configuração do currículo do curso entre 1993 e 2011, correspondendo o ano de 1993 ao da implantação do sistema eletrônico de dados na UFS.

Ao longo do semestre, muito trabalho foi investido na digitalização das Atas e na pesquisa em torno delas, com vista a identificar as discussões que envolviam a temática do bacharelado e da configuração do curso. Também nesse espaço de tempo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica inicial a fim de encontrar trabalhos diretamente relacionados à temática em questão. Mas não foi encontrado nenhum trabalho que tratasse da extinção do bacharelado em História pela UFS em 2011.

Até aquele momento, o professor Fernando Sá havia recomendado trabalhos produzidos pelos professores Itamar Freitas e João Paulo Gama Oliveira, que se dedicam a temas ligados à formação do profissional de História e à história do curso de História. E já próximo do final do período letivo, também foi indicado o livro "UFS: história dos cursos de graduação" (1999), especialmente o capítulo intitulado "Curso de História: resgate da memória histórica", fundamental para a realização desta pesquisa. Trata-se do importante trabalho de historicização do curso de História em Sergipe feito pela atual professora aposentada pela UFS, Lenalda Andrade Santos, que dedica sua análise a um recorte cronológico estabelecido entre a década de 1950 e 1990.

No entanto, ao fim do semestre, o tempo não foi suficiente para a concretização da pesquisa, pois ainda restava a realização das entrevistas, que se encontravam na etapa do primeiro contato com alguns dos possíveis entrevistados e na elaboração dos roteiros de perguntas. Nesse caso, foi decidido prolongar o trabalho por mais um período, dado o fato delas serem essenciais para a compreensão dos cenários vividos pelos professores do Departamento, que se caracterizam como agentes direta ou indiretamente responsáveis pela decisão da extinção.

Portanto, no semestre seguinte, sob a orientação do professor Carlos Malaquias, deu-se prosseguimento ao trabalho, posto que o professor Fernando Sá não podia orientar oficialmente pela graduação, em virtude de ter solicitado licença para dar continuidade aos seus estudos.

Ao longo desse período foram feitas mais leituras de fontes e de bibliografias relacionadas ao tema, dentre elas, periódicos, dissertações de mestrado e livros publicados.

Em especial, apesar dos exemplares dessa obra estarem restritos à biblioteca da UFS de Laranjeiras, por intermédio do professor Carlos Malaquias foi concedido acesso ao livro "Historiografia Sergipana" (2007), do supracitado professor Itamar Freitas. Ao falar das produções de pesquisa relacionadas à Sergipe, em um dos seus capítulos, o autor menciona a importância da historiografia universitária produzida pelos professores e também pelos alunos da UFS – estes últimos através das monografias do bacharelado e da licenciatura. Além disso, chega a tecer comentários sobre a inclusão da monografia de conclusão de curso na licenciatura em 1993, ao relatá-la como um importante avanço para a superação da dicotomia ensino/pesquisa. Portanto, assumindo a posição de um autor que costuma tratar da temática da formação dos profissionais de História, Freitas foi selecionado como um dos principais pilares bibliográficos deste estudo, junto a Santos (1999) e Oliveira (2011), que dedicam textos acerca da história do curso de História em Sergipe.

Na sequência, já em meados do semestre, finalmente foram marcadas e realizadas as entrevistas de História Oral com alguns professores que poderiam contribuir bastante acerca de diversos momentos da história do curso, como Lenalda Andrade Santos e Terezinha Alves Oliva. Ambas tendo vivenciado a posição de alunas (num período marcado pela inserção do trabalho com a pesquisa no curso) e também de professoras do curso (na qual orientaram monografias do bacharelado e da licenciatura), superaram as expectativas com seus relatos.

Lourival Santana Santos, atual professor voluntário da UFS, como ex-aluno da licenciatura e do bacharelado, e com o histórico da sua carreira de professor efetivo da UFS, pôde trazer uma perspectiva que ajuda a compreender as situações vivenciadas pelo bacharelado a partir de mais de um ângulo. Logo mais, mesmo que não através de uma entrevista de História Oral, Antônio Lindvaldo Sousa, atual professor do DHI que também chegou a cursar o bacharelado antes de 1993, pôde contribuir com suas memórias sobre o curso de bacharelado em História dispostas em seu livro didático publicado pelo CESAD, intitulado "História e Historiografia Sergipana: notas para reflexão" (2013).

Francisco José Alves, professor do DHI que já deu andamento à sua aposentadoria, também concedeu relatos sobre o bacharelado, porém, através da realização de uma entrevista por escrito, o que foge do padrão da realização de entrevistas de História Oral, mas que, ao final, trata-se de uma circunstância que faz parte do campo de pesquisa. Não se restringindo a isso, para que fosse acrescentada às fontes da análise, o professor concedeu acesso a uma versão preliminar de um Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado apresentada por ele e

pelos atuais professores do DHI, Luís Eduardo Pina Lima e Marcos Silva, como proposta para a manutenção do curso de bacharelado em História pela UFS pouco antes da decisão da sua extinção.

Além disso, assim como os últimos dois professores mencionados (Luís Eduardo Pina Lima e Marcos Silva), outros agentes que estiveram envolvidos na questão do bacharelado, tais como Wanderlei de Oliveira Menezes e Giliard da Silva Prado (ex-alunos do bacharelado), também foram contatados desde o semestre anterior para contribuírem com seus depoimentos sobre o curso. No entanto, uma vez que à História Oral interessa mais a qualidade do que a quantidade, no total, somente 4 professores definitivamente foram selecionados, dado que poderiam fornecer detalhes a partir de diferentes ângulos e sobre diferentes momentos do curso, sem esquecer do fato de que mais entrevistas demandariam um trabalho mais extenso e complexo, digno de uma dissertação de mestrado.

Porém, ao final, novas circunstâncias se estabeleceram, e o tema teve que ser readaptado. Até então, a intenção era a de fazer uma pesquisa que abordasse um recorte temporal localizado entre 1951 e 2011, correspondente ao período em que existiu o bacharelado em História. A divisão dos capítulos havia se estabelecido da seguinte forma: o primeiro capítulo, encarregado de tratar do "Histórico do bacharelado em História pela UFS", analisaria sua estrutura e seus objetivos de formação de acordo com as conjunturas apresentadas até antes da reforma curricular de 1993; já o segundo capítulo ficou encarregado de abordar uma crise originada por diversos fatores e enfrentada pelo bacharelado a partir de 1993, que, ao que tudo indica, resultou na sua extinção definitiva em 2011.

No entanto, o primeiro capítulo rendeu páginas mais do que suficientes para um trabalho de monografia, em função do extenso período a ser analisado. Portanto, decidiu-se fazer um novo recorte temporal, que abrangesse o bacharelado entre os anos de 1951 e 1993, ou seja, o mesmo que antes se planejava para o primeiro capítulo. Quanto ao segundo capítulo, optou-se por desenvolvê-lo no mestrado, para dar continuidade aos estudos iniciados na graduação. Assim, além de evitar deixar passar variáveis importantes que possivelmente contribuíram para a crise no bacharelado, como o aumento, na primeira década do século XXI, do número de alunos integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), os professores e alunos que não foram entrevistados teriam a oportunidade de contribuir com seus testemunhos.

Não obstante, uma vez terminada a exposição dos detalhes acerca da iniciativa e desenvolvimento deste trabalho, cabe fazer uma breve explanação do referencial teórico que será utilizado junto ao passo a passo do qual o mesmo se predispõe a percorrer, além de acrescentar outros motivos que partem do presente para a necessidade da realização desta pesquisa.

Nessa lógica, a fim de, *a priori*, rastrear suas origens e evidenciar aspectos importantes que podem ser visualizados entre 1951 e 1993, este estudo se desdobrará em três etapas: 1) Investigar os primórdios do perfil do curso de bacharelado em História em Sergipe (1951-1963); 2) Evidenciar uma disputa por espaço entre ensino/pesquisa e licenciatura/bacharelado iniciada em 1964; 3) Contextualizar o surgimento do novo curso de bacharelado na UFS em 1981.

Assim sendo, a primeira etapa, que se desdobrará no primeiro capítulo, se encarregará de investigar o perfil do bacharelado em História em Sergipe no primeiro momento em que o curso de História esteve unido ao de Geografia (1951-1963), ou seja, durante os primeiros 12 anos após a sua instituição. Nesse caso, serão observados aspectos estruturais correspondentes à sua ordenação e organização curricular, bem como à sua finalidade de formação. Para tanto, será feita uma revisão bibliográfica das produções de Souza (2015), Santos (1999) e Oliveira (2011), que trabalham com temas relacionados à história da Universidade Federal de Sergipe e à história do curso de História em Sergipe, além dos trabalhos como os de Nascimento (2013), Cacete (2014) e Cerri (2013), a fim de contextualizar os aspectos apresentados pelo curso de bacharelado da UFS com o cenário nacional dos cursos de nível superior daquele momento.

Já na segunda etapa, que será desenvolvida no segundo capítulo, o objetivo será evidenciar uma disputa por espaço entre ensino/pesquisa e licenciatura/bacharelado no curso de História. Após a separação dos cursos de Geografia e História, foi estabelecido um novo currículo, que trouxe algumas mudanças fundamentais para a modificação do perfil do curso. Então, nesse espaço de tempo será possível visualizar as primeiras experiências de pesquisa dos graduandos, a criação de outro currículo no início da década de 1970, que previa a formalização da implementação do trabalho com a pesquisa no curso, e, em contrapartida, a chegada do curso de licenciatura em Estudos Sociais. Dessa vez, a revisão bibliográfica sobre a história do curso de História será feita com base no trabalho de Santos (1999) e Freitas (2007) somada à análise de algumas Resoluções do Conselho do Ensino e da Pesquisa (CEP)

e do Conselho do Centro de Educação e Ciências Humanas (CONECH), a fim de “identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (LÜDKE; ANDRE apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Além disso, também serão verificados os trabalhos de Cacete (2014), Nascimento (2013) e Cerri (2013) para a compreensão da conjuntura nacional apresentada naquele momento.

Por fim, o terceiro capítulo abordará a restituição do bacharelado em História pela UFS em 1981. Nesse sentido, pretende-se contextualizar o ressurgimento do curso (que havia sumido da grade curricular após a implementação dos Estudos Sociais) com o "movimento de repensar a formação dos professores de História" originado da resistência dos professores e alunos às "licenciaturas curtas". Nessa lógica, o perfil do novo curso também será analisado e contrastado com o "Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil" (1981-1986), um dos resultados dessa movimentação. Além disso, será observado o crescimento da atividade de pesquisa por toda a extensão do curso até o ano de 1993, no qual houve uma reforma curricular que previa a formação de um "profissional de História", capacitado numa única graduação tanto para o magistério quanto para a pesquisa. Portanto, Galdino (1997), Santos (1999) e Freitas (2007) servirão como base para a revisão bibliográfica sobre a história do curso de História pela UFS, e os trabalhos de Nascimento (2013), Ricci (2015) e Freitas (2015) auxiliarão a contextualização do movimento dos professores supracitado e dos seus efeitos numa perspectiva mais geral.

Somado a isso, tanto no segundo quanto no terceiro capítulo serão analisados e incorporados os testemunhos de alguns professores do DHI, obtidos exclusivamente para a investigação deste trabalho através da realização de entrevistas temáticas de História Oral. Nesse caso, a análise dos testemunhos será feita com a intenção de "se aproximar do objeto de estudo" (ALBERTI, 2004, p. 18), ao também levar em consideração que fontes orais não são capazes apenas de nos mostrar o que o entrevistado fez à época, "mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez" (PORTELLI, 1997, p. 31). Outrossim, tal análise não levará em conta apenas a subjetividade dos relatos, já que ela também está presente na elaboração das perguntas, na seleção das testemunhas e até na escolha da temática das entrevistas. Portanto, assumir esse fato corresponde à "primeira manifestação do espírito crítico" (JOUTARD, 1996, p. 57).

Enquanto isso, no que se refere aos motivos do presente para a realização desta pesquisa, além dos que já foram apresentados no início, outros podem ser acrescidos. Ao datar

suas origens desde meados do século XX, o bacharelado em História se apresentou como um grau de titulação que acompanhou boa parte da história do curso de História em terras sergipanas, tendo prevalecido, a rigor, ao longo de 54 dos, ora, 71 anos desta. No decorrer da sua trajetória, o mesmo assumiu diferentes formatos, e deu início a um deles em 1981, depois de ter experienciado mudanças drásticas em função da implementação da Licenciatura em Estudos Sociais em 1975 (ter sumido do currículo). Nesse contexto, sobretudo, ele esteve envolto de um intenso debate a respeito de uma problemática que afetava, e ainda por vezes afeta, a identidade e a estrutura de diversos cursos superiores pelo Brasil, mesmo que em níveis diferentes: a dicotomia entre teoria/prática, professor/pesquisador e licenciatura/bacharelado.

O referido impasse, que pode ser verificado antes mesmo do surgimento dos cursos superiores no país – ao menos no que diz respeito à teoria/prática –, não nos surpreende por ter feito parte da História do curso de História pela UFS, e ainda é alvo de discussão em alguns trabalhos recentes. Dois deles, inclusive, foram publicados pela Associação Nacional de História (ANPUH) em 2021, instituição que representa os cursos e os profissionais de História desde a década de 1960. O primeiro, que consiste num levantamento intitulado "Cartografia da Graduação: Censo da Formação Inicial em História (Licenciatura e Bacharelado) no Brasil", aponta uma carência de estudos relacionados à formação inicial dos profissionais de História. De acordo com Coelho (2021), os historiadores e a própria ANPUH estariam deixando a cargo do Estado a análise acerca da necessidade da oferta de cursos de diversas instituições, categorias e modalidades para a formação inicial em História, produzindo este a maior parte dos dados através do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Já o segundo trabalho condiz num estudo que parte da Resolução nº 2/2019 do Conselho Nacional da Educação (CNE), e indica que ela “transforma o professor de História num aplicador da BNCC, diminuindo potencialmente sua autonomia intelectual, reduzindo sua atividade profissional a mera repetição de manuais e currículos prescritivos” (FERREIRA et al, 2021, p. 9).

Portanto, o principal motivo para a escolha desta atual pesquisa é o da necessidade de, na posição de profissional de História em construção, avaliar como esta problemática tem se manifestado especificamente na História do próprio curso do qual faço parte.

CAPÍTULO I –

PRIMEIROS ANOS DO CURSO

O bacharelado em História em Sergipe manteve-se na graduação em História durante um longo período de tempo, tendo acompanhado 54 anos da História do curso de História. Seus itinerários foram marcados por diversas modificações associadas à sua estrutura e aos seus objetivos de formação, e, nesse sentido, este capítulo pretende abordar alguns aspectos dos primeiros anos após a sua instituição, relacionados à problemática da teoria/prática, ensino/pesquisa e licenciatura/bacharelado, especificamente no primeiro momento em que o curso de História esteve unido ao de Geografia (1951-1963).

Portanto, os tópicos a seguir discorrerão sobre temas a respeito da "origem do bacharelado", de "qual profissional o curso visava formar" e da "necessidade de criação de um novo currículo mínimo para os cursos de História", a fim de discutir algumas questões relacionadas à sua identidade.

1. 1. ORIGEM DO BACHARELADO

Ainda são poucas as pesquisas direcionadas ao histórico do curso de História pela UFS. Entretanto, sobre ele, alguns aspectos fundamentais para a análise que será feita neste trabalho podem ser encontrados nos trabalhos de Santos (1999) e Oliveira (2011). O primeiro deles diz respeito ao seu surgimento. Em 28 de fevereiro de 1951, o primeiro curso de graduação em História em Sergipe havia sido inaugurado em um dos também primeiros espaços de ensino superior do estado: na “FAFI” (Faculdade de Filosofia)¹, oficialmente denominada Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS) (SANTOS, 1999). A instituição, conforme aponta Sousa (2015), foi fundada um ano antes, em 12 de junho de 1950, pelas respectivas entidades da igreja Católica em Sergipe, o Padre Luciano Cabral Duarte, Frei Edgar Stanikowski e Dom Fernando Gomes, passando a funcionar apenas após a autorização do Presidente Getúlio Vargas (1951 - 1954).

¹ Foi uma denominação comum às Faculdades de Filosofia ao longo do país, como comenta Oliveira (2011), provavelmente por ser mais sonora.

Santos (1999), que descreve em seu trabalho os itinerários do curso de História até a década de 1990, fala que, inicialmente, a Faculdade oferecia apenas três cursos, os quais eram o de Filosofia, o de Geografia e História e o de Matemática. Como é possível observar, o curso de História era unido ao de Geografia². A partir de uma perspectiva nacional, a junção desses cursos pode ser identificada décadas antes da fundação da FCFS, como na Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), instituída em 1939. Esta última, também conhecida como Universidade do Brasil, havia se apresentado como “modelo a ser seguido em todo território nacional” (NASCIMENTO, 2013, p. 271), em razão da Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, situação que só se modificou após a criação de um órgão do governo que ficaria responsável por estabelecer diretrizes mínimas para os cursos superiores no início da década de 60.

Nesse caso, por terem sido instituídos antes da criação desse órgão e também antes do estabelecimento de um decreto federal que os garantiria autonomia em 1955, os cursos de Geografia e História pela FCFS eram unidos, ao terem provavelmente como referência a Universidade do Brasil³ (OLIVEIRA, 2011).

1. 2. QUE PROFISSIONAL O CURSO VISAVA FORMAR?

Ao seguir os moldes da FNFfi, bem como a um novo Decreto estabelecido em 1946⁴, o curso possuía 4 anos de duração, e sua ordenação se valia do modelo conhecido como “3+1”. Tal formato, como explica Oliveira (2011), reservava os 3 anos iniciais da formação para o bacharelado, onde se localizavam as disciplinas específicas da área (Geografia e História), e o quarto e último ano para a licenciatura, que dispunha das disciplinas oferecidas pelo curso de Didática. Este último curso, ainda conforme o autor, foi originado em 1939, e consistia numa Seção especial de disciplinas pedagógicas incorporadas ao ensino superior alguns anos antes, em decorrência da implementação de uma reforma pelo Ministério da Educação em 1931. Na FCFS, suas primeiras aulas ocorreram em 1954, e “eram ministradas [na maior parte das vezes] em uma única sala para todos os cursos” (OLIVEIRA, 2011, p. 114), o que dificultava ou até impossibilitava a articulação delas com as áreas “específicas” de formação. Por fim, mas não menos importante, o currículo do curso de Geografia e História também estava

² Santos (1999) reitera que, em virtude de ambos representarem apenas um, também ofereciam habilitação única.

³ Algo já sugerido por Freitas (2007).

⁴ De acordo com Nascimento (2013), o Decreto de Lei nº 9.092, de 26 de março de 1946 estabelecia as diretrizes para a configuração dos cursos de História e Geografia, relacionadas à duração e à disposição das disciplinas entre os três primeiros anos e o último ano, que deveriam, respectivamente, corresponder ao bacharelado e à licenciatura.

incumbido de trazer, para além deste curso de Didática, um curso de psicologia aplicada à educação (NASCIMENTO, 2013).

A sequência das disciplinas desses cursos e das outras que compuseram juntas o currículo do curso de História na FCFS entre 1951 e 1962, distribuídas entre os 4 anos letivos totais conforme um levantamento feito por Oliveira (2011), se apresenta da seguinte maneira:

1º) Antropologia, Geografia Física, Geografia Humana, História da Civilização Antiga e Medieval e Teologia; 2º) Etnologia, Geografia Física, Geografia Humana, História da Civilização Moderna, História do Brasil e Teologia; 3º) Etnografia do Brasil, Geografia do Brasil, História da América, História da Civilização Contemporânea, História do Brasil, Teologia e Administração Escolar; 4º) Didática Especial da História da Civilização, Didática Especial da Geografia, Didática Geral, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação, Psicologia Educacional e Psicologia da Religião. (OLIVEIRA, 2011, p. 63, 64)

Esse itinerário formativo, como sugere o autor, apesar de compreender a maior parte da carga horária no bacharelado, tornava o curso voltado para a formação do professor do ensino secundário e normal, “sem [trazer] maiores discussões sobre pesquisa ou mesmo acerca da escrita da História” (OLIVEIRA, 2011, p. 110). Curiosamente, talvez decorrente dessa condição, como aponta outro levantamento feito por Oliveira (2011, p. 55), entre 1954 e 1966, num total de 62 alunos formados, apenas 5 se dedicaram a concluir somente o bacharelado.

A devida situação naturalmente provoca os seguintes questionamentos: qual era o objetivo da divisão entre bacharelado e licenciatura, visto que, afinal, o curso era voltado para formar professores? Qual era o significado do bacharelado naquele momento? Em todo caso, uma breve averiguação do contexto do surgimento dos cursos superiores no país pode ajudar a responder em parte a essas perguntas.

Segundo Cacete (2014), no Brasil, passadas as três primeiras décadas do século XX, já era possível conferir uma certa demanda por cursos superiores ligados às áreas como Medicina, Direito, Engenharia etc., face a uma lenta, porém progressiva industrialização e expansão dos centros urbanos. Naquele momento, como explica a autora, a formação de professores para o ensino secundário se mantinha autodidata, situação que, em tese, começaria a se modificar a partir da sua elevação a nível superior, decorrente da Reforma de 1931 mencionada por Oliveira (2011), homônima do ministro da educação que a originou, Francisco Campos. A formação desses profissionais nas Faculdades de Filosofia, contudo,

apenas receberia a devida atenção décadas depois, em função de um aumento considerável do número de escolas de ensino secundário e, conseqüentemente, das próprias Faculdades de Filosofia no país (CACETE, 2014). Mas, afinal, o que interessa compreender é que, como sintetiza Cerri (2013), a formação pedagógica idealizada como algo a ser aprendido posteriormente caracteriza “o modelo fundador da formação de professores no Brasil” (CERRI, 2013, p. 169, grifos nossos). Nesse sentido, antes mesmo do surgimento dos cursos superiores e, mais especificamente, dos cursos de licenciatura, essa concepção se fazia presente:

Quando da ausência de cursos superiores de formação de professores, a docência se aprendia na própria sala de aula, num contexto em que a autoridade do professor e a obediência do aluno eram dados que derivavam naturalmente das relações familiares e sociais de então. Quando aparecem os primeiros cursos superiores de formação docente (licenciaturas), não é surpreendente que o desenho curricular preveja um período inicial de estudos específicos na área escolhida e um período posterior, de estudos pedagógicos e prática de ensino (estágios ou residência) (CERRI, 2013, p. 170).

Deste modo, o formato adotado pelo curso de Geografia e História da FCFS apenas dava continuidade a um antigo modelo de formação nacional, assumindo o bacharelado, portanto, o objetivo de uma formação específica das áreas (Geografia e História), ou seja, teórica, e a licenciatura o de uma formação pedagógica – enxergada como a parte técnica, prática.

Entretanto, para evitar conclusões generalizantes, é importante informar que, apesar de tal modelo ter sido o que dominava as concepções desde o início, era possível encontrar posicionamentos e propostas diferentes. Dessa forma, por um lado, a Universidade do Distrito Federal (UDF) se apresentou como um exemplo de exceção à regra. Ao ter vigorado apenas entre os anos de 1935 e 1939, a instituição compartilhava com a USP o objetivo de formar profissionais tanto para a pesquisa quanto para as salas de aula (NASCIMENTO, 2013). No entanto, de acordo com Nascimento (2013), se diferenciava por seguir a concepção educacional mais voltada para a articulação entre ensino e pesquisa, defendida pelo seu fundador, Anísio Teixeira. Ainda conforme o autor, Teixeira, como um dos integrantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que consistia num movimento voltado para a reivindicação dos direitos pela educação “pública, leiga, única, obrigatória e gratuita” (p. 303), aplicou na referida instituição um “projeto [que] privilegiava a formação de professores, sem, no entanto, apartá-la das atividades de pesquisa como fio condutor do

ensino", ou seja, "a formação pedagógica permeava todo o curso e não era um complemento à formação cultural ou específica" (p. 270).

1. 3. A NECESSIDADE DE UM NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

Todavia, por outro lado, o modelo essencialmente tecnicista adotado pela FCFS, pouco antes da instauração da Ditadura Militar (1964-1985) terminou por ser intensificado em função da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961. Resultante de uma mobilização que perdurou mais de uma década no congresso e que se manifestava, assim como o antigo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), em defesa da "educação pública, laica, obrigatória e gratuita" (NASCIMENTO, 2013, p. 273)⁵, a devida lei deu origem a um Conselho Federal da Educação (CFE), que ficaria, dentre outras competências, incumbido por determinar parâmetros estruturais para os cursos superiores do país (NASCIMENTO, 2013).

Uma das primeiras modificações proporcionadas pelo Conselho, que apenas reafirmava a ideia da formação dos professores concebida como um apêndice e de forma desarticulada, correspondeu à concessão da realização de exames de suficiência para o exercício do magistério, como aponta Nascimento (2013). Em suas palavras, tal medida abriu "brechas" para a formação de professores do ensino secundário fora do escopo das Faculdades de Filosofia. A justificativa era de que a demanda por professores vinha aumentando num ritmo em que as instituições de ensino superior não conseguiam acompanhar, e, nesse sentido, a decisão apenas seria uma medida provisória estabelecida para suprir a falta de professores (NASCIMENTO, 2013).

Em contrapartida, essa e outras problemáticas se tornaram alvo de críticas por parte de professores que faziam parte da recém fundada Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Inaugurada no mesmo ano em que a LDBEN, em 1961, por iniciativa de professores que tinham como objetivo principal a divulgação de trabalhos acadêmicos, nesse ano, a Associação teve como pauta, especialmente, a formação dos profissionais de História (MARTINS, 2000 *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 275). Envoltos por esse contexto, mobilizados em torno dos problemas que se faziam presentes nas graduações à medida em que os cursos adquiriam independência, e em decorrência do

⁵ Segundo Nascimento (2013), em 1959 ocorreu o "Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados", que trazia alguns dos princípios defendidos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

estabelecimento do novo órgão de regulamentação do ensino superior (CFE), alguns professores representantes da ANPUH deram início ao I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (NASCIMENTO, 2013). Realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (São Paulo) em 1961, dois dos temas discutidos no evento sintetizam os principais problemas contemplados naquele momento: “O lugar das disciplinas pedagógicas no curso de História”, apresentado pela professora Maria Yedda Leite Linhares, e “Reestruturação do currículo”, pela professora Olga Pantaleão (NASCIMENTO, 2013).

Este último tema, de acordo com Nascimento (2013), exteriorizava a necessidade de reformular o currículo mínimo do curso de História. Conforme já foi explicado, a estrutura da Universidade do Brasil servia como parâmetro para os demais cursos, resultando, inclusive, nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal nº 1.190, de 4 de abril de 1939. No entanto, desde que os cursos de História e Geografia pelas Faculdades de Filosofia vinham conquistando autonomia, um novo currículo mínimo ainda não havia sido estabelecido, e, em consequência disso, os novos currículos dos cursos independentes acabaram se destoando bastante no que se refere à presença de algumas disciplinas (NASCIMENTO, 2013).

Quanto ao primeiro tema mencionado, coordenado pela professora Maria Yedda, discutiu-se a desarticulação entre ensino e pesquisa no âmbito dos cursos superiores de História. Na visão da professora, segundo Nascimento (2013), o modelo que dividia a formação entre pedagógica e específica interferia na sua qualidade e acabava não formando nenhum e nem outro profissional. Portanto, segundo ela, o mesmo estava fadado a formar autodidatas, ou seja, ao final, todos teriam que desenvolver as devidas habilidades por conta própria – de pesquisa ou de magistério.

Um ano depois, novas alterações foram feitas no tocante ao ensino superior a partir do Parecer 292/62 do CFE, emitido pelo então conselheiro Newton Sucupira, que finalmente apresentava o novo currículo mínimo do curso de História (NASCIMENTO, 2013). Nesse Parecer foi decidida a extinção do curso de Didática e determinado que a licenciatura passasse a ocupar 1/8 da carga horária total do curso, devendo ser mantidas as disciplinas pedagógicas distribuídas por toda a sua extensão (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Nascimento (2013, p. 280), o novo currículo se dividia em três setores: uma parte fixa, representada pelas disciplinas obrigatórias, tais como “Introdução ao Estudo da História, História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea,

História da América e História do Brasil”; uma parte variável, que compreende as disciplinas complementares, como “Sociologia, Antropologia Cultural, História das Ideias Políticas e Sociais, História Econômica (Geral e do Brasil), História da Arte, Literatura Brasileira, História da Filosofia, Geografia (Geo-história), Filosofia da Cultura, Civilização Ibérica e Paleografia”; e a da licenciatura, composta por matérias pedagógicas, tais como “Psicologia da Educação (Adolescência e Aprendizagem), Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino (Estágio Supervisionado)”.

Na FCFS, o currículo apenas foi reformulado anos após a criação desses novos parâmetros estabelecidos pelo CFE, em razão da separação dos cursos de Geografia e História, que será abordada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II –

A DISPUTA POR ESPAÇO ENTRE ENSINO E PESQUISA

O novo currículo mínimo para os cursos de História estabelecido pelo CFE em 1962 se caracterizou como um marco importante em diversos aspectos. Um desses aspectos pode ser visto no sentido de que, de certa forma, ele acelerou o processo de separação dos cursos de Geografia e História que ainda não desfrutavam da sua independência mesmo após um decreto federal estabelecido em meados da década de 1950. Outro aspecto importante pode ser notado a partir de uma das novas disciplinas acrescentadas: a de Introdução aos Estudos Históricos.

Então, este segundo capítulo pretende abordar o momento em que o curso conquistou sua autonomia e em que surgiram as primeiras faíscas de interesse pela inserção do trabalho com a pesquisa (no qual a disciplina supracitada e o protagonismo do professor José Silvério Leite Fontes tiveram importante contribuição). Ao percorrer esse caminho, o capítulo almeja destacar, em especial, o processo de modificação do perfil do curso de licenciatura em História, que ganhava características inusitadas para aquela época. Além disso, também serão avaliados os conflitos gerados após a chegada do curso de licenciatura em Estudos Sociais (que mudaram radicalmente a estrutura do curso de História pela UFS), e a resistência formada contra ele.

Nessa lógica, o capítulo tratará de temas como "o novo currículo do curso de História da FCFS", "as reformas educacionais e os Estudos Sociais", "memórias sobre Silvério e os primórdios da pesquisa no curso" e "resistência ao curso de Estudos Sociais", com o intuito de, em síntese, evidenciar uma disputa por espaço tanto entre ensino e pesquisa, como também entre licenciatura e bacharelado no curso de História.

2. 1. O NOVO CURRÍCULO DO CURSO DE HISTÓRIA DA FCFS

Por toda a extensão do país, como observa Nascimento (2013), os cursos de História e Geografia das Faculdades de Filosofia começaram a ganhar autonomia entre a segunda metade da década de 1950 e primeira metade da década de 1960, em virtude da Lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955. Na FCFS, Santos (1999) informa que a autonomia desses cursos

foi obtida em 1964. A dissociação de ambos, conforme a autora, exigia uma grade curricular exclusiva para cada um e, assim sendo, naquele ano o curso de História passou a compor as respectivas disciplinas de acordo com os 4 anos letivos:

1º) Língua Portuguesa, Introdução à Filosofia, Introdução aos Estudos Históricos, História Antiga, Sociologia e Geo-História; 2º) História Medieval, História Econômica Geral e do Brasil, História da América, Antropologia Cultural, Elementos da Administração Escolar e Geo-História; 3º) História Moderna, História Econômica Geral e do Brasil, História do Brasil, Antropologia Brasileira, Didática, Prática de Ensino e Psicologia da Educação; 4º) História Contemporânea, História do Brasil, História de Sergipe, Didática, Prática de Ensino, Geografia de Sergipe e Sociologia da Educação (SANTOS, 1999, p. 162).

O novo arranjo do currículo, agora restrito ao curso de História, incorporou mais disciplinas de natureza histórica, ao passo que diminuiu as que estavam relacionadas ao curso de Geografia, como esperado. A de Geo-História, por exemplo, chama a atenção pelo seu caráter marcante de referência a uma famosa escola historiográfica francesa. Nas palavras da professora Terezinha Alves de Oliva, que havia ingressado como aluna na FCFS enquanto esta estava sendo incorporada à recém instituída Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1968, tal disciplina se devia ao “tempo da influência de Braudel⁶, com aquela relação entre História e Geografia” (OLIVA, 2022), isto é, ao momento fortemente marcado pela segunda geração dos *Annales*.

A predisposição por essa escola historiográfica, todavia, não resultou somente na escolha da disciplina de Geo-História para o currículo do curso. Freitas (2007, p. 71), em sua análise acerca das concepções sobre fontes históricas presentes na historiografia sergipana, defende que, a partir da década de 1970, houve uma "emergência" pela "historiografia universitária", e não apenas uma, mas duas escolas historiográficas, sobretudo, nortearam investidas à busca por fontes históricas sobre Sergipe no Departamento de História da UFS: a já citada escola dos *Annales* e a escola Metódica.

A princípio, identificar quais foram as correntes historiográficas responsáveis por guiar o currículo e as iniciativas do curso naquele momento não corresponde a um dos objetivos deste trabalho. No entanto, estar ciente sobre a influência exercida por ambas as

⁶ Fernand Braudel foi um famoso historiador francês responsável pelo surgimento da segunda geração da escola dos *Annales*. Braudel em 1951 fez sucesso com a obra *O Mediterrâneo*, que trazia como novidade a perspectiva de longa duração associada à uma “espécie de geografia histórica”, ou, como ele costumava chamar, “geo-história” (BURKE, 1991).

escolas é de fundamental importância para a compreensão das circunstâncias que se estabeleceram alguns anos mais tarde na configuração do curso.

Mas, enquanto isso, no que diz respeito aos aspectos relacionados à problemática das dicotomias em questão, dois em especial podem ser identificados no novo currículo do curso: a distribuição das disciplinas pedagógicas e específicas ao longo do bacharelado e da licenciatura; e a presença da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos.

O primeiro aspecto encontrado, resultante do Parecer 292/62 do CFE, conforme mostrado anteriormente, trazia novas circunstâncias. Naquele momento, o bacharelado não mais se configurava como responsável por formar o profissional a partir unicamente das disciplinas específicas da área, e nem a licenciatura se encarregava pela formação puramente pedagógica. Nesse caso, cabe analisar o que essas novas alterações teriam provocado na divisão entre bacharelado e licenciatura.

Nota-se que as disciplinas tidas como pedagógicas apenas migraram para o interior do outro grau de titulação, e vice-versa. Porém, não houve uma tentativa de articular o ensino promovido por elas com a área de História. No currículo anterior, ao menos uma das disciplinas estabelecia uma relação nesse sentido, sendo esta a de “Didática Especial da História da Civilização”. Já no novo currículo, as disciplinas atribuídas ao ensino, a partir do que seus nomes sugerem, pareciam oferecer uma formação desarticulada dos temas ou objetos da História, como a de “Elementos da Administração Escolar”, “Didática”, “Prática de Ensino”, “Psicologia da Educação” e “Sociologia da Educação”. Nessa perspectiva, então, pode-se dizer que a problemática da falta de articulação não se modificou muito, ao ter, inclusive, se agravado.⁷

No entanto, independente disso, no que tange ao último Parecer do CFE, conforme defende Cacete (2014), era evidente que uma das finalidades da reforma curricular consistia em articular a formação pedagógica com a específica. Entendia-se que não havia mais espaço para o velho modelo 3+1, que separava “como ensinar” do “que ensinar” (BRASIL, Parecer CFE 292/62 *apud* CACETE, 2014, p. 1071). Nesse sentido, defendia-se que, no tocante aos seus moldes, o bacharelado não fosse concebido como igual à licenciatura, mas equivalente,

⁷ É importante ressaltar que, nesse caso, tal conclusão se obtém a partir das impressões que os nomes das disciplinas passam. Mas, em geral, a articulação do ensino com a área (História) “dependia dos ânimos e vontades do catedrático responsável”, ou seja, é possível que alguns professores tenham, por conta própria, procurado fazê-la em suas aulas. (NASCIMENTO, 2013, p. 278).

devendo permanecer a distinção entre ambos os graus de titulação (CACETE, 2014). Entretanto, no bojo dessas novas circunstâncias, apesar da medida para desvincular as disciplinas "específicas" como próprias do bacharelado assim como as pedagógicas da licenciatura, o currículo ainda evidenciava o formato 3+1, concedendo nos primeiros três anos o título de bacharel e no último o de licenciado.

Em compensação, para além da permanência dessa problemática estrutural, o segundo aspecto do currículo se apresentou como crucial para a modificação do perfil do curso ocorrida ao longo das décadas seguintes: a inclusão da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos⁸. Assinalando o início da preocupação com os estudos acerca da historiografia, alguns anos depois, a disciplina foi fundamental para aproximar os alunos do trabalho com a pesquisa, especialmente enquanto esteve sob a direção de um dos professores do Departamento de História, José Silvério Leite Fontes.

Mas, antes de falar sobre a contribuição *sine qua non* do respectivo professor, é importante comentar acerca do andamento das reformas que vinham ocorrendo no ensino superior e básico, desde a última que havia estabelecido o currículo mínimo, pois, encaminhadas como um projeto do governo autoritário que partia de cima para baixo, para o controle do que seria ensinado e aprendido, elas trouxeram conflitos a respeito da noção de indissociabilidade entre ensino e pesquisa e do próprio espaço que ambos deveriam ocupar no curso.

2. 2. REFORMAS EDUCACIONAIS E OS ESTUDOS SOCIAIS

De acordo com Cacete (2014), a década de 1960 deu início à substituição das Faculdades de Filosofia por institutos centrais de ensino básico, ao passo que um novo setor passou a se responsabilizar pela formação pedagógica dos alunos: a Faculdade de Educação. Ainda conforme a autora, a começar pela Universidade de Brasília, nos anos seguintes, as Universidades Federais que surgiram também aderiram a esses moldes, sendo a Universidade Federal de Sergipe (UFS) uma delas. Então, na altura em que se formaram os 8 primeiros alunos do curso de História desde que se separou do de Geografia⁹, era possível observar o

⁸ De acordo com Freitas (2007, p. 16), "no Brasil, a história da historiografia ganhou status de disciplina nas faculdades de Filosofia, na passagem da década de 1950 para 1960, a partir da introdução de matérias teórico-metodológicas nos currículos dos cursos superiores de história, logo após a instituição de geografia e história como licenciaturas independentes".

⁹ O que, segundo a professora Lenalda Santos, é considerado um número expressivo "[...] no contexto educacional como era o sergipano nas décadas de 1950 e 1960, com uma pequena demanda de professores qualificados pelos ginásios e colégios locais. Isso sem falar que somente poucos conseguiam chegar ao curso

fim da FCFS e o início da UFS, tendo esta última sido fundada em 1967 e inaugurada em 1968 (SANTOS, 1999). O novo espaço de ensino superior em Sergipe chegou a incorporar três setores da FCFS, correspondendo estes ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), ao Instituto de Letras, Artes e Comunicação (ILAC) e à Faculdade de Educação (FACED) (SANTOS, 1999). Seu ano de estreia foi marcado pela Reforma Universitária decretada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 que, além de certificar a responsabilidade da administração da formação pedagógica para a Faculdade de Educação, deu prosseguimento a um modelo de curso superior que vinha sendo planejado e fomentado em outros Pareceres do CFE a alguns anos.

Em tal caso, a princípio, a partir da Indicação s/nº de 9 de outubro de 1964, que tinha como referência a medida para a expansão da escola média adotada pela "Inglaterra no pós-guerra através dos *Emergency Training Colleges*" (CACETE, 2014, p. 1072), Newton Sucupira, ainda conselheiro do CFE, "propôs a criação de licenciaturas polivalentes em Ciências, Estudos Sociais e Letras" (NASCIMENTO, 2013, p. 281).

As novas licenciaturas, segundo Nascimento (2013, p. 281, 282), respectivamente, formariam profissionais "para o ensino de Ciências Físico-Biológicas, Iniciação às Ciências e Matemática", para o ensino de "História, Geografia e Organização Política e Social do Brasil" e para o "ensino de Português e de uma língua viva". A proposta se apoiava na ideia de que "o professor ginásial não há de ser um especialista puro" (BRASIL, Indicação s/nº CFE 9/10/1964 *apud* CACETE, 2014, p. 1072), e de que era preciso formar profissionais capacitados para ministrar várias matérias, a fim de ajudar com o problema da falta de professores (CACETE, 2014). Nesse caso, conforme explica Nascimento (2013, p. 281), naquele momento, a intenção era a de que a investida fosse concretizada "em caráter experimental", e que tivesse a pretensão de formar os profissionais em no máximo 3 anos para o ensino ginásial.

Dois anos depois, a necessidade de tal proposta voltou a ser discutida no Parecer 106/66, sendo apresentadas justificativas mais específicas para o seu investimento, que deixam mais clara a problemática do espaço que deveria ser concedido ao ensino e à pesquisa. Conforme este último Parecer, as licenciaturas curtas:

superior, o que, no caso em estudo, implicava o pagamento de anuidades" (SANTOS, 1999, p. 162). Outrossim, o fato do número de alunos formados pelo curso antes de 1964 ser maior do que depois, talvez possa ser explicado em virtude dele representar simultaneamente dois cursos, o de Geografia e História. Nesse caso, a demanda teria se distribuído entre ambos, após a separação dos mesmos.

[...] Sendo de mais modestas exigências, [...] se tornam mais acessíveis às Faculdades do interior que embora continuam a ostentar o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, são na realidade algo como os *Teachers Colleges* americanos. Missão, aliás, importantíssima na atual fase de expansão da escola média e de que se deveria dar conta a grande maioria de nossas Faculdades de Filosofia, renunciando à pretensão de formar também pesquisadores. É desejável mesmo que as novas Faculdades a se instalarem no interior, comecem com as licenciaturas de 1º ciclo, podendo, posteriormente, evoluir para Faculdades de Filosofia com as licenciaturas tradicionais, assim como nos Estados Unidos, os *Teachers Colleges* igualando-se aos *Liberal Arts Colleges*, terminando alguns por se transformarem em universidades. (BRASIL, Parecer CFE 106/66 apud CACETE, 2014, p. 1073).

O novo argumento era o de que as licenciaturas curtas seriam convenientes para a alta demanda de professores do ensino básico, e de que as Faculdades de Filosofia, especialmente as do interior, não eram capazes de acompanhá-la porque ainda insistiam em formar também pesquisadores. Nesse caso, dado que a maior parte das Faculdades e até das Universidades daquela época não tinham suas formações voltadas para a pesquisa¹⁰, supõe-se que, erroneamente, a formação de pesquisadores a qual Sucupira atribui como responsável por causar a incapacidade de suprir tal demanda corresponderia a do bacharelado, já que, de certo modo, ele era visto como um espaço separado da formação de professores e comumente tinha seu tempo de duração privilegiado na configuração 3+1, em detrimento da licenciatura. Além disso, ao ter como referência os *Teachers Colleges* americanos, que se configuravam, em geral, como Faculdades voltadas especificamente para a formação de professores, e os *Liberal Arts Colleges*, que consistiam em Faculdades de formação mais generalista (que inclui ensino e pesquisa), o relator previa um processo de evolução, no qual as licenciaturas curtas, a princípio, seriam implementadas nas novas Faculdades do interior, que poderiam evoluir para Faculdades de Filosofia com licenciaturas plenas, e possivelmente se tornarem Universidades.

Dito isto, é possível notar que, além de partir de justificativas controversas, que na verdade tinham outras pretensões (como a de controle social a partir da disseminação do ideal moral e cívico), a proposta das novas licenciaturas acompanhava um discurso que enxergava a pesquisa como uma área de formação dissociável e superior ao ensino, e que só deveria ser cogitada após o processo de desenvolvimento e evolução das Faculdades de Filosofia. Essa situação, ao final de tudo, provoca dúvidas sobre os objetivos pelos quais essas instituições de ensino superior foram fundadas.

¹⁰ Conforme Nascimento (2013, p. 285), durante a década de 1970 e 1980 "a formação para a pesquisa apenas se iniciava no Brasil e não era a preocupação principal dos cursos de História ou dos formuladores de seus currículos".

De acordo com o próprio relator do Parecer, as Faculdades de Filosofia foram implementadas no Brasil, inicialmente, inspiradas na Faculdade de Artes da Universidade Medieval do século XIX, que correspondia a um "centro da pesquisa científica pura e dos altos estudos" (SUCUPIRA *apud* CACETE, 2014, p. 1064). Então, naturalmente, seus objetivos de formação, a princípio, compreendiam "a formação geral, que deveria ser ampla e aprofundada, e a formação para a pesquisa científica". Somente por volta de 20 ou 30 anos após seu surgimento as FAFIs teriam se transformado "em lócus de formação dos professores secundários no Brasil" (CACETE, 2014, p. 1064). No entanto, apesar da formação pedagógica ter adquirido tal ênfase, as discussões que envolviam a inclusão do trabalho com a pesquisa, embora não muito, já vinham ganhando espaço desde a década de 1960 através da ANPUH, o que Sucupira enxergava como um problema que as "licenciaturas curtas" poderiam ajudar a solucionar.

Então, no mesmo Parecer 106/66 foi divulgado o currículo mínimo do curso de licenciatura em Estudos Sociais, que compreenderia as disciplinas de "História (Antiga, Moderna, Contemporânea e do Brasil, Organização Social e Política do Brasil); Geografia (elementos de Geografia Física, Humana e do Brasil); Fundamentos de Ciências Sociais; e formação pedagógica" (NASCIMENTO, 2013, p. 282).

Nesse contexto, a tendência das reformas seguintes foi apenas a de conceber mais espaço às licenciaturas curtas, tais como a Reforma Universitária de 1968 e a Reforma de Ensino Básico encaminhada pela Lei 5.692/71 (NASCIMENTO, 2013). Então, ainda "sob a ditadura e seus acordos de cooperação técnica com agências norte-americanas" (CERRI, 2013, p. 161), as respectivas reformas trouxeram mudanças significativas, a começar pelo lugar ocupado pelas licenciaturas curtas, que passaram da fase "experimental" para a "generalizada" (NASCIMENTO, 2013, p. 282).

Na sequência, para evitar a duplicação de meios para o mesmo fim, considerou-se necessário modificar a estrutura dos cursos superiores de licenciatura plena, o que exigiu a formulação de outro currículo mínimo (NASCIMENTO, 2013). Nesse caso, as justificativas de Sucupira para a implementação dos novos modelos de licenciatura, que anteriormente residiam na ideia de algo provisório, e que previam uma evolução, não foram levadas em consideração, já que as Universidades também teriam que adaptar seus cursos e suas grades curriculares. Para completar, os currículos escolares também sofreram modificações, ao incluírem como obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica que planejava-se, após a

reforma de ensino básico promovida através da Lei 5.692/71, ser ministrada no Ensino Primário por professores formados pelas Escolas Normais, e no Ensino Médio e Superior por professores com formação Superior (NASCIMENTO, 2013).

Na UFS, essas reformas ainda não haviam sido contempladas. O que se fazia, segundo Santos (1999), acabou funcionando como uma forma de precaução para o dia em que elas chegassem ao curso de História. Nesse caso, convém retomar o que se falava sobre o papel desempenhado pela disciplina de Introdução aos Estudos Históricos e pela mobilização dos professores e alunos do curso de História em torno da pesquisa, principalmente do professor José Silvério Leite Fontes.

2. 3. MEMÓRIAS SOBRE SILVÉRIO E OS PRIMÓRDIOS DA PESQUISA NO CURSO

Reconhecido pelas suas iniciativas para com a pesquisa no curso de História, Silvério Fontes conquistou um espaço singular na memória de alguns dos que puderam ser seus alunos naquela época. A professora emérita da UFS, Terezinha Alves de Oliva, que cursou a citada disciplina¹¹ com ele em meio ao seu período de graduação (1968-1971) e teve a oportunidade de ser sua monitora, lembra-se de que o mesmo era visto como “o líder” das ideias de pesquisa no curso. Com a intenção de “despertar [nos alunos] o gosto por conhecer Sergipe”, sempre que possível, realizava excursões em direção aos interiores do estado, ao explorar a História dos patrimônios culturais. Além disso, a ex-aluna menciona que, naquele momento, a graduação já exigia a apresentação de uma espécie de “grande pesquisa” entre as férias do meio do ano. Segundo ela, esse trabalho deveria consistir numa redação feita a partir de algum tema abordado durante as aulas, e necessitava de uma devida pesquisa bibliográfica (OLIVA, 2022).

Naquele momento, a emergência, apontada por Freitas (2007) em prol do papel do Departamento de História para com a historiografia, principalmente a sergipana, revelava seus primeiros sinais. A disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, como o elemento catalisador dessa demanda, contribuía para o surgimento do interesse por parte de professores e alunos do curso pelo trabalho com a pesquisa, ao trazer discussões acerca da historiografia. Movidos pela máxima da escola Metódica de que “a história se faz com documentos” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898 *apud* FREITAS, 2007, p. 70), no início da década de 1970,

¹¹ Além dessa disciplina, de acordo com Terezinha, Silvério também foi seu professor de “Prática de Ensino de História” (OLIVA, 2022).

esse interesse apenas ganhou mais expressividade, ao se manifestar no submetimento de diversas propostas, tais como na do oferecimento "de um curso preparatório para o Levantamento de Fontes", na da criação de "um grupo de trabalho de Estudos Históricos de Sergipe" e na da implementação "do projeto de Levantamento de Fontes Primárias da História de Sergipe" (SANTOS, 1999, p. 163). Encaminhadas sob a liderança do professor Silvério, tais empreitadas deram um novo semblante ao curso de História, que desde o início tinha a função de formar unicamente professores para a sala de aula.

A professora Lenalda Andrade Santos, que cursou sua graduação entre 1971 e 1974, também foi aluna e monitora da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, e reitera a importância do professor Silvério no tocante ao fomento da pesquisa no curso. De acordo com ela, o professor, formado em Direito e carregando o legado de "um dos fundadores da UFS", teria marcado a sua graduação. Numa tentativa de mostrar em que o trabalho do professor se diferenciava, Lenalda menciona a forma como Maria Thétis Nunes, a primeira professora da FAFI, e uma das mais prestigiadas na história do curso, trabalhava. Nesse caso, Lenalda diz que ela contribuiu grandemente para a historiografia sergipana, que também "foi para Portugal, fez o levantamento de fontes, trouxe fontes", mas que "sempre foi de trabalho individual". Portanto, segundo ela, a professora "não tinha um projeto, uma liderança [...], não tinha esse perfil do trabalho em grupo" apresentado pelo professor Silvério, ou seja, eles possuíam méritos diferentes (SANTOS, L. A., 2022).

No que diz respeito à sua experiência com o curso de Levantamento de Fontes oferecido "em convênio com a Universidade Federal do Paraná" (SANTOS, 1999, p. 163), a ex-aluna dá destaque a algumas lembranças:

Eu lembro daquela aluna novinha no curso, uma professora de Santa Catarina, que veio trabalhar com a gente como se procedia a pesquisa em História. Trouxe, inclusive, um modelo de ficha, nós trabalhamos com isso, e aí foi a época em que, sob a liderança do professor Silvério, o Departamento de História foi desenvolvendo essa ideia do professor pesquisador no curso de licenciatura (SANTOS, L. A., 2022).

A partir desse relato, alguns aspectos podem ser conferidos, e o que mais salta aos olhos é o da menção à "ideia do professor pesquisador". Segundo Fagundes (2016, p. 288-289), tal concepção "tem sua origem na prática curricular dos professores das escolas secundárias da Inglaterra na década de 1960", enquanto, no Brasil, sua primeira manifestação pode ser identificada após a criação do Curso de Preparação para o Magistério (CPM) de

ensino superior “oferecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em convênio com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro” no ano de 1992, aos professores que antes tiveram sua formação pedagógica pelas Escolas Normais. Os alunos desse curso, de acordo com a autora, deram início a um movimento denominado “pesquisa-ação”, no qual questionavam as teorias ensinadas a respeito da área de atuação, postas em contraste com a realidade pela qual, enquanto também professores, puderam observar em sua prévia experiência com as salas de aula.

Nesse caso, a noção do professor pesquisador que estava sendo desenvolvida no curso de Licenciatura em História pela UFS pode ser vista mais como embrionária, dado que o trabalho com a pesquisa experienciado pelos alunos inicialmente se restringia à busca e à organização de fontes históricas nos Arquivos. Nas palavras de Lenalda, o levantamento das fontes consistiu mais numa “tarefa braçal” do que propriamente “de pesquisador”. Mas, em todo caso, a busca pelas fontes compõe a primeira das etapas da pesquisa histórica, isto é, a da heurística. Então, sem medo de errar, é possível dizer que a noção sobre a necessidade de incluir atividades ligadas à pesquisa na formação dos professores começou a ganhar espaço naquele momento no curso de História da UFS, mesmo que se resumindo à primeira das etapas da pesquisa histórica.

Mas, além disso, no relato, Lenalda se recorda do importante papel desempenhado no curso de Levantamento de Fontes por uma professora que ela afirma ser de Santa Catarina, embora não cite seu nome. A referida professora também é mencionada por Terezinha que, contudo, lhe confere outro estado de origem, correspondente ao mesmo da Universidade pela a qual o curso foi oferecido em convênio, isto é, o do Paraná:

[...] o projeto de Levantamento das Fontes foi inspirado em outro, que foi apresentado em um encontro da ANPUH que houve em São Paulo, ao qual professores daqui foram; e depois orientado pela Universidade Federal do Paraná, que tinha esse projeto — eu acho que nós fomos a segunda universidade que teve esse projeto de Levantamento das Fontes — *a professora Odah Regina veio do Paraná para nos treinar aqui* (OLIVA, 2022, grifos nossos).

Segundo Terezinha, a UFS teria sido a segunda Universidade a aderir ao projeto do curso, que teve como orientadora a professora da UFPR Odah Regina Guimarães Costa, informações que podem ser confirmadas por Diniz (1989). O aprendizado concebido nesse curso seria utilizado em duas disciplinas que, segundo Santos (1999, p. 163), também teriam

dado destaque à UFS em comparação com as outras Universidades do país, e estas seriam Prática de Pesquisa I e Prática de Pesquisa II.

Terezinha, ao se referir a essa circunstância da inserção do trabalho com a pesquisa na licenciatura, diz que "não era comum". Segundo ela, era tão incomum que, quando foi reconhecer um curso de licenciatura na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ouviu comentários em tom de surpresa dos alunos e professores que souberam que o curso de licenciatura em História na UFS havia implementado a pesquisa como obrigatória na grade curricular:

[...] é preciso dizer que o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe foi pioneiro em introduzir pesquisa na licenciatura, porque não era usual. Eu me lembro bem que eu fui reconhecer um curso de licenciatura em História na UFPB e quando eu falei que a gente tinha disciplinas em que todos os estudantes de História, depois do Levantamento de Fontes, eram obrigados a passar uma vez por semana, ou uma manhã ou uma tarde tendo aula no arquivo, todo mundo achou estranho, os professores acharam estranho. Aí perguntaram "Mas o curso de vocês é licenciatura mesmo?" [riso]. Achavam estranho, não é? Achavam que aquela disciplina só deveria haver se fosse um bacharelado. Nós, naquela época, éramos uma licenciatura com uma disciplina nos Arquivos, para que o estudante tivesse contato com as fontes (OLIVA, 2022).

Em seu relato, Terezinha traz alguns detalhes curiosos, como a respeito da frequência com que os alunos tinham aulas no Arquivo Público (uma vez por semana¹²) e da novidade que isso representava em contraste com os cursos de História de outras Universidades. Mas o que mais chama a atenção é a memória a respeito da configuração do curso de História pela UFS, visto como composto apenas pela licenciatura. Não é novidade que ele permanecia voltado para a formação do professorado, já que, até mesmo conforme Terezinha, "era essa a principal abordagem do curso de História: para a licenciatura, para a sala de aula" (OLIVA, 2022). Mas a sua ordenação ainda seguia o modelo 3+1, composta pelo bacharelado seguido da licenciatura. Nesse caso, a declaração sobre o espanto atribuído aos alunos e professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que, de acordo com a professora, pensavam que o curso se resumia a uma licenciatura, seguida da menção "se fosse um bacharelado", mostra quão pouca diferença o bacharelado fazia no arranjo do currículo, não somente naquela época, mas também na memória de Terezinha elaborada a partir do presente. A sua existência parecia ser um mero detalhe, ao ponto de Terezinha esquecer-la e afirmar a da licenciatura no lugar. E esse não parece ser um equívoco individual. Lenalda compartilha da mesma visão ao dizer

¹² Segundo Diniz (1982), os alunos passavam 4 horas semanais tendo aula nos arquivos.

que naquele momento não se "pensava ainda em bacharelado, [...] [pensava-se] na licenciatura" (SANTOS, L. A., 2022).

Ao final, essa situação apenas reforça a ideia de que, na década de 1970, o curso de História da UFS não foi marcado somente por uma disputa por espaço entre o ensino e a pesquisa, mas também entre licenciatura e bacharelado, com a diferença de que este último, desde o início, teve um espaço substancial reservado no currículo. No entanto, seus objetivos de formação não eram os que mais pesavam para o mercado de trabalho quando comparados aos da licenciatura, o que se refletia na própria forma como os professores e alunos o enxergavam, e como agora se reflete nas memórias elaboradas sobre ele.

2. 4. RESISTÊNCIA AO CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS

Por sua vez, ainda no início da década de 1970, o IFCH já comportava 5 Departamentos, os quais eram o de Filosofia, o de Geografia, o de História, o de Ciências Psicológicas, Sociais e Antropológicas e, por fim, o de Ciências Jurídicas e Econômicas (SANTOS, 1999). No embalo dos projetos de pesquisa encaminhados por Silvério, outros também foram iniciados pelos professores Maria Thétis Nunes, Maria da Glória Santana de Almeida e Diana Maria do Faro Leal, a maioria resultando na publicação de livros (SANTOS, 1999). Em 1971, o Departamento de História sofreu com a falta de professores, em virtude do requerimento para a implementação do Ciclo Básico e do Sistema de Créditos, que exigia uma quantidade maior deles por parte de cada curso (SANTOS, 1999). Tal reforma se concretizou a partir do novo currículo do curso de História publicado em 1972, que se dividia em 2 Ciclos, agrupando o primeiro e segundo período letivo no 1º Ciclo e os períodos letivos restantes no 2º Ciclo (Resolução nº 06/71/CEP, 1971). Esse novo currículo apresentava a respectiva sequência de disciplinas, distribuídas ao longo dos 8 períodos totais (Quadro 1):

Quadro 1 - Novo currículo do curso de História pela Universidade Federal de Sergipe

Ciclos	Períodos	Disciplinas
1º Ciclo	1º	Metodologia da Ciência, Sociologia I, Introdução à Filosofia, Introdução à Economia, Estudos de Problemas Brasileiros I
	2º	Estatística Geral, Antropologia Cultural, Fundamentos da História, Geo-História I, Optativa
2º Ciclo	3º	Geo-História II, História Antiga, História Econômica Geral, Antropologia Brasileira, Optativa
	4º	Geo-História III, História Medieval, História da Arte, História do Pensamento Filosófico I, História Econômica do Brasil, Estudos de Problemas Brasileiros II, Prática de Pesquisa Histórica I
	5º	História Moderna I, História da América I, História do Brasil I, História do Pensamento Filosófico II, Fundamentos Psicológicos da Educação I, Prática de Pesquisa Histórica II
	6º	Fundamentos Psicológicos da Educação II, História do Brasil II, História da América II, Didática I, Prática de Pesquisa Histórica III, História Moderna II
	7º	História Contemporânea I, História do Brasil III, História de Sergipe, Estudos Filosóficos do Ensino de 2º Grau, Didática II, Prática de Pesquisa Histórica IV
	8º	História Contemporânea II, Teoria da História, Fundamentos Sociológicos da Educação, Estudos de Problemas Brasileiros III, Prática de Ensino

Fonte: Resolução nº 12/72/CEP, 1972.

No 1º Ciclo estavam as disciplinas consideradas básicas à formação dos licenciados para o ensino no 1º e 2º grau, ou seja, as mais introdutórias. O restante, incluso no 2º Ciclo,

somava as disciplinas interpretadas como “específicas” da área de História e as concebidas como pedagógicas. No que diz respeito a essas últimas, podem ser contabilizadas apenas 7 das 45 disciplinas totais do novo currículo. Mas a nova grade curricular de fato cedia mais espaço no curso para a pesquisa, enquanto prática e discussão teórica. Além de incluir mais uma disciplina sobre a história da historiografia, como a de Teoria da História, é possível notar que a disciplina de Prática de Pesquisa, por exemplo, aparece 4 vezes ao longo dos períodos. O currículo que antes se empenhava em formar apenas professores de História começou a dar um espaço relativamente significativo a disciplinas voltadas a métodos e técnicas de pesquisa. Mas, é importante destacar que as horas investidas nas disciplinas de Prática de Pesquisa não eram contabilizadas para os professores que orientavam os alunos no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) antes de terem sido transformadas em estágio obrigatório em 1976 (DINIZ, 1982).

Outrossim, conforme Santos (1999), as investidas em prol da pesquisa foram planejadas para além da graduação, dado que o professor Silvério, com o apoio de outros professores do curso, se mobilizou pela criação de um Curso de Especialização. Nesse ínterim, de acordo com a autora, já era possível observar a realização, que contava com a extensa participação de alunos e professores, de eventos de extrema importância para a história da aproximação do curso com a pesquisa, como o Encontro de Historiadores do Nordeste em 1974 e o VIII Simpósio da ANPUH em 1975, cujo tema deste último era “Arrolamento de fontes primárias para um estudo revisional de estrutura fundiária”¹³, ambos ocorridos em Aracaju - SE. Ainda segundo a autora, as proporções do espaço que vinha sendo ocupado pela pesquisa eram tamanhas que em 1975 foi aprovado pelo Conselho do Ensino e da Pesquisa (CEP) um Regulamento de Pesquisa. Por fim, como resultado do contato mantido entre professores renomados da USP, em 1978 Silvério finalmente conseguiu aprovação para o seu projeto do Curso de Aperfeiçoamento, que previa a participação dos seguintes professores para as respectivas disciplinas: José Honório Rodrigues (Teoria da História); Cecília Maria Westphalen (Métodos Quantitativos); Carlos Guilherme Mota (Métodos Sociológicos Aplicados à História); Gadiel Perucci (Métodos da Ciência Econômica Aplicados à História); e Maria Gabriela Martim Ávila (Iniciação à Paleografia e Diplomática Portuguesa e Brasileira) (SANTOS, 1999).

¹³ Para mais detalhes, consultar Stadniky & Silva (1976).

Em contrapartida, ainda em 1972, ano em que, de acordo com Santos (1999), o Departamento de História foi unido ao de Filosofia, o CFE, que vinha acomodando aos poucos o novo modelo de licenciatura curta, finalmente a estabeleceu como obrigatória a partir do Parecer 554/72, dessa vez através do conselheiro Paulo Nathanael de Souza (NASCIMENTO, 2013). Era questão de tempo para as licenciaturas das instituições de ensino superior se adequarem.

Na UFS, em cumprimento a esse Parecer, a sua implementação ocorreu após a Resolução nº 13/75/CEP, no ano de 1975. O último currículo criado a 3 anos, que havia inaugurado a maior concentração de disciplinas voltadas para a pesquisa desde então, teria que ser radicalmente modificado. As alterações drásticas, por sua vez, não ficaram reservadas às disciplinas, ao contemplarem também, segundo Santos (1999), a reunião dos cursos de Geografia e História. De acordo com a autora, a nova configuração dos cursos se estabeleceu da seguinte maneira: os primeiros dois anos da graduação ficaram resguardados à licenciatura em Estudos Sociais, que formaria os profissionais para o ensino no 1º grau; já nos últimos dois anos era ofertado o curso de Geografia e História, que concederia aos alunos a formação para lecionarem no 2º grau.

Com uma recepção negativa, o novo curso sofreu críticas a respeito da qualidade do ensino. Segundo Santos (1999), os conteúdos das disciplinas foram significativamente generalizados, dando origem a disciplinas como "Elementos da História Antiga e Medieval" e "Elementos da História Moderna Geral e da América". Conforme a autora, havia também reclamações a respeito da repetição dos conteúdos da licenciatura em Estudos Sociais no curso de licenciatura em Geografia e História, o que praticamente resultava no problema antes utilizado como justificativa para a adequação das Licenciaturas Plenas, da não duplicação de meios para o mesmo fim. Além disso, conseqüentemente, a nova alteração extinguiu o bacharelado da grade curricular.

O fim da licenciatura em Estudos Sociais na UFS ocorreu somente em 1980, face à conjuntura externa, na qual os professores se mobilizaram numa escala nacional para seu fim, contando, principalmente, com o apoio da ANPUH, e em razão da conjuntura interna, na qual professores dos Departamentos afetados a reivindicaram, desde 1976, sob a liderança do professor José Alexandre Felizola Diniz do Departamento de Geografia (SANTOS, 1999). Por sua vez, é importante informar que outros polos da UFS, presentes nas regiões interioranas como Lagarto, Estância, Itabaiana e Propriá, somente extinguíram as licenciaturas

curtas anos depois (SANTOS, 1999). Ao final, por todo o país, elas "foram extintas definitivamente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 20 de dezembro de 1996." (NASCIMENTO, 2013, p. 189)

A situação derivada dessa resistência, dessa disputa por espaço entre a pesquisa e o ensino, culminou em uma nova reformulação do currículo, que trouxe um modelo de formação inédito na História do curso, e que será explicada no próximo capítulo.

CAPÍTULO III –

UM NOVO CURSO A PARTIR DE 1981

Até então, a grosso modo, foi possível visualizar uma série de mudanças ocorridas na estrutura curricular do curso de História: a separação e a reunião dos cursos de Geografia e História, a inclusão de projetos e disciplinas voltadas para o trabalho com pesquisa e, por fim, a implementação e a extinção do curso de licenciatura em Estudos Sociais. Entretanto, uma característica havia se revelado muito resistente na estrutura do curso de História, ao menos até antes da chegada das “licenciaturas curtas” em 1975: o bacharelado era o curso com maior carga horária (dos 4 anos letivos, 3 eram do bacharelado). O contexto criado em torno da resistência aos Estudos Sociais, portanto, trouxe um novo formato para o curso de História na UFS, e o bacharelado, nesse ínterim, passou a ser visto como um curso complementar e voltado para a pesquisa.

Nesse sentido, este capítulo pretende abordar temas como “a formação dos professores de história em discussão”, “o ressurgimento do bacharelado em História pela UFS em 1981”, “contraste com os outros cursos de História do país” e “avanços e retrocessos para a pesquisa no curso”, a fim de compreender a nova dinâmica apresentada pelo curso de História da UFS a partir de 1981 e, em suma, poder avaliá-la considerando a problemática da dicotomia ensino/pesquisa e licenciatura/bacharelado.

3. 1. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA EM DISCUSSÃO

O final da década de 1970, de acordo com Nascimento (2013, p. 266), deu início a um "movimento de repensar a formação do professor de História" que progrediu ao longo das décadas posteriores, e que tem uma relação direta com a legislação educacional da década de 1990. Ainda conforme o autor, esse movimento teria se originado a partir da resistência formada contra o curso de Estudos Sociais, que, em resumo, ficou marcado como "símbolo da tentativa dos governos militares em descaracterizar o ensino de História e Geografia e disseminar o ideário moral e cívico" (RICCI, 2015, p. 113). Freitas (2015, p. 14), por sua vez, suspeita da "excessiva centralidade concedida aos anos 80, no Brasil, acerca da inovação no que diz respeito ao ensino de História", ao defender que as filosofias da história que orientavam as "didáticas da história", como a predominantemente empirista (de J. Locke e F.

Herbert) e a empirista/evolucionista (de J. Dewey), são pontos de partida tão importantes quanto o movimento em questão para se analisar tais inovações. No entanto, segundo Ricci (2015, p. 113), não se pode deixar de levar em consideração "o seu caráter político e a maneira como marcou a discussão curricular", principalmente dos cursos de História, conforme interessa ao presente estudo.

Nesse caso, é possível dizer que o movimento foi originado mais por questões políticas, como a perda de espaço no mercado de trabalho, derivada da exclusão das disciplinas de História e Geografia dos currículos de 1º grau pela Portaria 790/76, do que por questões acadêmicas, como as que envolvem o ensino da História enquanto disciplina (MARTINS, 2000 *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 287). Por sua vez, são inegáveis as proporções que essas discussões alcançaram no tocante a essa última questão e no que se refere à formação dos profissionais de História, tanto de professores quanto de pesquisadores. Inflamados pela Portaria supracitada e especialmente por um Parecer estabelecido em 1980 pelo CFE, que objetivava extinguir sorrateiramente o curso de História e Geografia, os professores se mobilizaram com o apoio da ANPUH para a realização de denúncias e debates a respeito do tema (NASCIMENTO, 2013).

Um dos resultados desse momento repleto de discussões foi o “Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil”, iniciado em 1981 e publicado em 1986 (RICCI, 2015). O documento consistia num levantamento feito por um grupo de consultores (professores da ANPUH) selecionados pela Secretaria da Educação Superior (SESu-MEC), dentre eles “Francisco Falcón, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e um dos fundadores da Associação, [...] [e] Déa Fenelon, docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e presidente da ANPUH (1983-1985)” (NASCIMENTO, 2013, p. 288). Segundo Ricci (2015, p. 110, 111), a pesquisa seguiu os respectivos passos: em 1981, os consultores da ANPUH enviaram um “questionário a todos os cursos de História” do Brasil; em seguida, os dados coletados foram organizados e enviados novamente aos Departamentos de História, ocorrendo “alguns encontros regionais”; por fim, foi originado um “relatório síntese”, que elencava conclusões a respeito de temas variados, como:

dados gerais sobre o corpo docente; período de funcionamento do curso de graduação em História; informações sobre o alunado; estrutura do departamento de História; ciclo básico; Introdução aos Estudos Históricos; Bacharelado e Licenciatura; Articulação com o Ensino de 1º e 2º graus; pesquisa; interação entre disciplinas (*Id.*, 2015, p. 111).

Nessa lógica, é interessante contrastar os resultados do diagnóstico com a situação do curso de História da UFS, que apresenta aspectos semelhantes e diferentes aos de outras universidades, alguns, inclusive, muito fora do comum.

3. 2. O RESSURGIMENTO DO BACHARELADO EM HISTÓRIA PELA UFS EM 1981

Como era de se esperar, a década de 1980 inaugurou novas mudanças no formato do curso, algumas delas inéditas na sua História. Em virtude do fim do curso de licenciatura em Estudos Sociais, foram feitas alterações não apenas no que diz respeito à sua grade curricular, mas também à sua ordenação. Então, em 1981, o curso de bacharelado em História foi restituído, porém, assumindo uma nova configuração: dessa vez, seu ingresso seria concedido após a conclusão da licenciatura, enquanto um curso adicional. O modelo 3+1, sucedido pelo 2+2 das licenciaturas curtas, não foi reutilizado, já que a última reforma resguardou 4 anos para a licenciatura e 2 anos para o bacharelado. Vigorava, portanto, uma espécie de modelo 4+2, no qual a licenciatura tinha seu tempo de duração maior em detrimento do bacharelado.

Lamentavelmente não foi encontrado nenhum documento ou trabalho de pesquisa que referenciasse as novas grades curriculares de ambos os cursos. Mas muitos detalhes sobre o novo curso de bacharelado sobrevivem na memória de alguns dos seus ex-alunos. Lourival Santana Santos, por exemplo, que o cursou entre 1984 e 1986, foi um dos primeiros a ingressá-lo, e se recorda dos seguintes aspectos:

[...] a gente tinha que cursar várias disciplinas. Aquelas disciplinas comuns da licenciatura, a gente fazia equivalência como optativas: História do Brasil I, História do Brasil II, Introdução à História... As disciplinas de educação não eram aproveitadas, então, ficavam faltando vários créditos optativos para construir o bacharelado e a gente tinha que cursar essas disciplinas. Além disso, a gente tinha que cursar as seguintes disciplinas obrigatórias: Métodos e Técnicas de Pesquisa, Historiografia Brasileira, Arquivologia e Pesquisa Histórica I e II. A Pesquisa Histórica I era a elaboração de um projeto de pesquisa, e Pesquisa Histórica II era a escrita da monografia. Então, no mínimo [o aluno] passava 2 anos cursando essas disciplinas até a elaboração da monografia (SANTOS, L. S., 2022).

De acordo com Lourival, várias disciplinas compunham o currículo do bacharelado, mas a maioria era aproveitada da licenciatura, exceto as da área de Educação, que eram cursadas como optativas para suprir a quantidade de créditos exigidos pelo curso. Como obrigatórias, lembra-se, eram ofertadas as de Métodos e Técnicas de Pesquisa, Historiografia Brasileira, Arquivologia e Pesquisa Histórica I e II.

Já o ex-aluno Antonio Lindvaldo Sousa, ao ter cursado o bacharelado entre os anos de 1989 e 1991, o relata como um curso com etapas a serem cumpridas com muito rigor, particularmente no que diz respeito às últimas duas disciplinas citadas por Lourival:

O aluno tinha que apresentar seu projeto de pesquisa na disciplina Pesquisa Histórica I, antes de apresentar a monografia para a conclusão do curso. Essa apresentação consistia numa banca que exigia as seguintes etapas: capa, apresentação, justificativa, definição do problema, objetivos, construção teórica, hipóteses de trabalho, documentação, métodos e técnicas, cronograma de atividades, abreviaturas, fontes e bibliografia e os anexos contendo as fichas de pesquisas. A monografia era defendida para obter os requisitos da disciplina Pesquisa Histórica II. Todas essas etapas tinham que ser cumpridas rigorosamente. O aluno deveria apresentar um estudo inédito em um determinado tema (SOUSA, 2007, p. 107).

Diferentemente das disciplinas de Prática de Pesquisa I, II, III e IV, que estavam presentes no currículo antes da implementação da licenciatura em Estudos Sociais, essas novas disciplinas, de acordo com os detalhes contemplados na descrição, exigiam a construção de um trabalho de pesquisa que envolvia desde a elaboração de um projeto até a sua consumação na produção de uma monografia. Além disso, é informado que tanto o projeto de pesquisa quanto a monografia deveriam ser apresentados a uma banca para serem aprovados ou reprovados.

Nesse sentido, conforme Santos (1999), caracterizado como um curso pelo qual se ingressava por continuidade, o bacharelado restituído trazia um objetivo de formação muito diferente dos seus precedentes. Sua identidade estava voltada essencialmente para a formação inicial do profissional de pesquisa da área de História, isto é, do historiador, apesar da presença das disciplinas da área de Educação, cursadas como optativas para suprir os créditos exigidos, conforme descrito por Lourival. Nas palavras de Sousa (2007, p. 107), o “processo” pelo qual o aluno passava no curso fazia “parte da continuação da institucionalização do saber histórico nos caminhos da profissionalização”. Anteriormente, a sua composição de disciplinas apenas visava ensinar os conteúdos específicos da área de História. Aos poucos a sua configuração, assim como a da licenciatura, foi cedendo espaço a disciplinas que aproximavam os alunos das técnicas e métodos de pesquisa. Quando chegou a um currículo que praticamente moldou o perfil de formação do curso de História, foi retirado de cena pela licenciatura em Estudos Sociais durante alguns anos. Contudo, pôde voltar em 1981 num formato mais especializado, assumindo sua identidade enquanto um curso que visava a formação exclusiva de pesquisadores.

3. 3. CONTRASTE COM OS OUTROS CURSOS DE HISTÓRIA DO PAÍS

Nesse ínterim, os resultados do “Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil” apontam alguns detalhes interessantes acerca do rumo que os cursos de História vinham tomando por toda a extensão do país. A título de exemplo, segundo o relatório, enquanto algumas instituições possuíam um corpo docente modesto, apresentando entre 3 e 7 professores, outras exibiam um corpo docente extenso, que poderia conter entre 40 e 56 professores (RICCI, 2015, p. 111). Na UFS, conforme Santos (1999, p. 166), no início da década de 1980 era possível identificar 15 docentes no Departamento de História, isto é, um número considerado reduzido, porém, que não interferiu na implementação do novo curso de bacharelado.

Não obstante, de acordo com Ricci (2015, p. 111), o estudo do grupo de consultores da ANPUH também indicava “uma centralização e mesmo personificação na figura do coordenador ou chefe” do Departamento. Nesse caso, dado o que já foi apresentado a respeito do professor José Silvério Leite Fontes, é difícil não admitir que o curso de História da UFS compartilhou dessa tendência. Na chefia do Departamento, a sua figura representava com efeito, e de acordo com o que pôde ser visto anteriormente, as iniciativas para a inclusão da pesquisa no curso. E, para além disso, tal centralidade, segundo Freitas (2007, p. 220), não se justifica apenas em função do apreço conferido pelos que puderam conviver com ele, mas, numa apressada tentativa de resumir seu ilustre legado, pela sua participação em “momentos decisivos da configuração do ofício do historiador no Brasil”.

Em vista disso, tanto Freitas (2007) quanto Santos (1999) destacam a presença do professor nos primeiros Simpósios da ANPUH e a sua importante rede de contatos estabelecida com historiadores notáveis, como Eurípedes Simões de Paula e José Honório Rodrigues — este último, inclusive, que havia concordado em ministrar aulas no que Fontes planejava ser o primeiro Curso de Pós-graduação em História da UFS. Freitas (2007, p. 221) também relembra do seu trabalho excepcional de tradução de obras do famoso historiador Henry-Irinée Marrou e de que, mesmo difundindo historiadores dos *Annales*, como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, não deixava de lado “a dúvida metódica — na crítica histórica — codificada por Charles Victor Langlois e Charles Seignobos”. As influências dessas escolas podiam ser vistas tanto em seus projetos que almejavam a inclusão da pesquisa no curso quanto em seus escritos “sobre sociedade, política e historiografia de Sergipe”. Em suma, “por sua condição de professor e historiador das coisas da terra,

estimulou os alunos a associarem-se à Casa de Sergipe¹⁴, transformando-a em um laboratório de pesquisas para o curso de licenciatura em História da UFS nos idos da década de 1970” (FREITAS, 2007, p. 220).

Além dessa personificação da figura do chefe do Departamento, os consultores da ANPUH descobriram outras tendências. Como aponta Ricci (2015), o ciclo básico requerido pela legislação da época, por exemplo, não estava presente em metade das instituições investigadas. Ainda conforme o autor, poucas das que possuíam, resguardavam um espaço único para abrigar disciplinas de vários cursos e, por vezes, tampouco para licenciatura e bacharelado. Por fim, o autor explica que, na verdade, os dados revelavam que a maioria das instituições somente possuía licenciatura. Como foi observado no capítulo anterior, o ciclo básico foi aprovado no curso de História da UFS em 1971 e passou a vigorar em 1972, resultando no aumento da quantidade de disciplinas para poucos professores. Portanto, a UFS fazia parte da metade das instituições que havia incluído o ciclo básico e também da pequena parte que possuía um bacharelado.

No que se refere aos bacharelados, que compunham a minoria dos cursos, de acordo com o relatório da ANPUH, seus aspectos gerais indicavam a “ausência de disciplinas pedagógicas” e “ênfase na pesquisa”. Entretanto, como explica Ricci (2015, p. 112), a pesquisa era abordada de forma mais teórica do que prática, visto que era “rara a exigência de uma monografia de final de bacharelado”. Na UFS, o curso não apenas incluía o requerimento de uma monografia, como também exigia procedimentos relativamente rigorosos para a sua produção, conforme apontado por Sousa (2007).

Além desses detalhes, o relatório indicava uma tendência pela oposição à dicotomia licenciatura/bacharelado, em favor da articulação das disciplinas pedagógicas com as específicas da área de História (RICCI, 2015). Mas esse posicionamento permanecia no discurso, visto que constatou-se que “tal articulação não” podia ser encontrada, “apesar da consciência do problema” (p. 112). Então, a licenciatura era associada ao ensino e o bacharelado à pesquisa, ao passo que, no que se refere a esta última, notou-se a falta da “definição de linhas de pesquisa”, constando no currículo apenas disciplinas de “Métodos e

¹⁴ De acordo com Dantas (2012), Casa de Sergipe é outro nome pelo qual o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) é conhecido. Ainda de acordo com o autor, não se sabe “quem primeiro assim denominou o IHGSE. O fato é que o nome Casa de Sergipe incorporou-se ao uso comum dos associados. Caso semelhante ocorreu com outras instituições similares, entre as quais a da Bahia, também conhecida como Casa da Bahia” (p. 17).

Técnicas ou similares” (p. 114). Nesse caso, ou a pesquisa se resumia a essas disciplinas ou ela era considerada “sinônimo de trabalhos escolares, estágios ou monografia” (p. 113). Na UFS, a partir do que pôde ser visto até o momento, a pesquisa não se desviava muito dessas últimas tendências.

Por fim, o grupo de consultores revelou a unanimidade dos professores a respeito da rejeição ao curso de licenciatura em Estudos Sociais. Enquanto os outros aspectos mencionados os faziam, por vezes, divergir diametralmente, a problemática das licenciaturas curtas, ao final, os uniu, e contribuiu para provocar um dos mais importantes movimentos de repensar os desígnios dos profissionais de História do país.

3. 4. ENTRE OS AVANÇOS E RETROCESSOS PARA A PESQUISA NO CURSO

No Departamento de Filosofia e História da UFS, toda essa movimentação durante a década de 1980 foi acompanhada não somente pela instituição do novo bacharelado, mas também por outros aspectos importantes, alguns bons para a inserção da pesquisa no curso e outros, muito pelo contrário. Então, por um lado, o curso de História perdeu a iminente oportunidade da instituição do seu primeiro Curso de pós-graduação, proposto pelo professor José Silvério Leite Fontes. Segundo Santos (1999), ele já estava incluso no orçamento da Universidade em 1979, mas em 1981 os professores se opuseram à sua implementação, com a justificativa de que a pouca quantidade de docentes não seria capaz de sustentá-lo. Para a professora Terezinha, é lamentável que isso tenha ocorrido, pois o professor Silvério tinha feito

[...] uma livre-docência para se preparar para essa pós-graduação em História. Instituiu o projeto de levantamento das fontes com esse objetivo de criar um centro de pesquisa. Então, tudo estava se encaminhando para isso, e os professores que foram fazer mestrado na década de 1970 também estavam voltados para isso, para voltar para cá e começar o trabalho de pesquisa com os alunos e tal, usando uma pós-graduação. Mas o trâmite disso não foi levado adiante e a saída do professor Silvério do Departamento de História *foi um golpe grande* para quem ficou, eu inclusive. Ninguém tinha a força, o prestígio do professor Silvério para conseguir, junto à Reitoria, os recursos necessários para fazer isso. (OLIVA, 2022, grifos nossos)

Segundo a professora, não foi lamentável apenas a não efetivação do curso de especialização naquele momento, mas também a saída do professor Silvério Fontes do Departamento de Filosofia e História alguns anos mais tarde, que havia se transferido para o

Departamento de Direito. Então, a esperança para instauração do primeiro curso de Pós-graduação em História havia diminuído consideravelmente.

De acordo com Sousa (2013, p. 107), a falta de um curso de especialização em História e até mesmo nas ciências afins fazia com que o bacharelado em História se tornasse a única alternativa para os alunos que desejavam dar continuidade aos seus estudos:

Nos anos de 1980 ainda não havia especialização em História ou ciências afins. Somente poucos anos depois começou a surgir pós-graduação, estrito sensu, em ciências sociais e educação. O bacharelado, assim, tornava-se a única alternativa em Sergipe na continuação dos estudos na área da História.

Esse é o caso de Lourival, que, em suas palavras, “já tinha [...] experiência em pesquisa durante a graduação, então quis dar continuidade” (SANTOS, L. S., 2022). Mas, no total, poucos foram os alunos que ingressaram no bacharelado. Desde a sua restituição em 1981 até o ano de 1992, apenas 8 alunos o concluíram, e alguns motivos podem estar relacionados a essa quantia. O primeiro, tal como já comentado por Sousa (2013), talvez se deva à instauração, em 1982, do Programa de Pós-Graduação composto por 4 núcleos que iniciaram suas atividades nos anos seguintes, dentre eles, o de Geografia e o de Ciências da Educação (CAMPOS, 1999, p. 155). Então, os alunos que terminavam a licenciatura em História passaram a ter, embora não muitas, mais opções para dar continuidade aos estudos. Outras razões, na perspectiva de Terezinha, que chegou a orientar, curiosamente, a única monografia do bacharelado feita em dupla¹⁵, podem se dever ao fato do bacharelado ter tido

[...] uma banca de exame dos trabalhos, e uma banca rigorosa. Então isso, de certa forma, amedrontava as pessoas, para enfrentá-la. Não era costume, não era usual como hoje, todo mundo enfrentar uma banca examinadora, fazer um curso assim. Não. E havia um certo ritual bem rigoroso dessa banca para examinar os trabalhos. Isso eu acho que amedrontava muito as pessoas a se aproximarem mais do bacharelado, [de] quererem cursar o bacharelado. Eu atribuo um pouco a isso. A outra coisa é mesmo o fato de que os alunos tinham feito o vestibular para serem professores, essa era a proposta do curso e, muitas vezes, não era a proposta deles “fazer pesquisa”, porque não estava ainda na mentalidade “fazer pesquisas”, estando o aluno voltado para ser professor (OLIVA, 2022).

É possível notar que a professora apresenta uma visão semelhante à conferida no relato de Sousa (2013) acerca do nível de dificuldade apresentado pelo curso. Nível esse que, conforme esses relatos, talvez estivesse mais próximo de um curso de pós-graduação *stricto*

¹⁵ "Fundo de Emancipação de Escravos em Sergipe" (1983), de Josefa Perpétua de C. Lima e Josefa Eliana de Sousa.

sensu do que de graduação¹⁶. Além disso, de acordo com a professora, apesar da recente experiência com a pesquisa na licenciatura, a principal proposta do curso ainda era a de formar professores de História, e a maior parte dos próprios alunos ingressava com essa concepção.

No entanto, por outro lado, embora o curso de História não tenha consolidado o projeto para a criação de um núcleo de pós-graduação, e apesar da pouca adesão ao curso de bacharelado, de acordo com Santos (1999), desde a implementação do projeto de Levantamento de Fontes se pensava em criar uma espécie de Centro de Estudos Históricos, “conforme era de interesse do professor José Silvério, que chegou a tomar algumas iniciativas nesse sentido” (p. 167). A intenção era a de constituir “um super inventário” (FREITAS, 2007, p. 71) no DFH. Portanto, foi criado em 1981 o Programa de Documentação de Pesquisa Histórica (PDPH), através da Resolução nº 02/81 do Conselho do Centro de Educação e Ciências Humanas (CONCECH) (GALDINO, 1997).

Na época, o professor José Alexandre Felizola Diniz, do Departamento de Geografia, era diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), e “foi dele a iniciativa oficial de [criá-lo] ligado ao CECH” (SANTOS, L. A., 2022). A justificativa era a de que "o Departamento não tinha recursos [suficientes para mantê-lo]" (OLIVA, 2022). Então, apenas em 1984 o programa foi transferido para o DFH, através da Resolução nº 01/84 do CONCECH. De acordo com o Artigo 3º do seu Regulamento de Pesquisa, seus objetivos eram os de:

I - promover atividades voltadas à preservação, ao levantamento e ao uso dos arquivos ou outras fontes históricas de Sergipe;

II - criar e manter arquivos históricos para o uso do Departamento de Filosofia e História e da comunidade, inclusive recebendo material coletado em levantamento de fontes do DFH;

III - desenvolver projetos de pesquisas e de levantamento de fontes que visem aprimorar o conhecimento histórico de Sergipe;

IV - divulgar resultados de pesquisas e de levantamentos de interesse para os estudiosos e para a História Sergipana;

V - colaborar no desenvolvimento de estágios dos discentes e nos projetos de levantamento de fontes (RESOLUÇÃO Nº 01/84 do CONCECH).

¹⁶ Ao ter como parâmetro os cursos de graduação em História daquela época.

Desde o início, conforme Santos (1999, p. 167), coordenado pela professora Maria da Glória Santana de Almeida, o PDPH já abrigava diversos projetos, como: o do Levantamento das Fontes Primárias dos Arquivos Cartoriais; o de Microfilmagem de Periódicos Sergipanos; o do livro de História de Sergipe para o 1º e 2º graus; o de Documentação Oral; e o do Levantamento, Organização e Referenciação dos Arquivos de Sindicatos Filiados à Indústria do Estado de Sergipe. Ainda de acordo com a autora, os trabalhos de pesquisa produzidos pelos professores e alunos do curso eram publicados nos Cadernos do PDPH, que deram uma pausa em 1992, mas retornaram a partir de 1995 com o nome de Cadernos UFS/História.

O primeiro volume do Levantamento das Fontes Primárias do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) foi publicado aproximadamente em 1982 (Figura 1). Posteriormente, os volumes 2, 3 e 4 também foram publicados, bem como outros agrupamentos de fontes, tais como o Levantamento da Imprensa Operária do Estado de Sergipe, o Arquivo da Cúria Metropolitana, o Inventário de Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, e alguns artigos, a maioria derivada do contato com as fontes relacionadas à História de Sergipe.

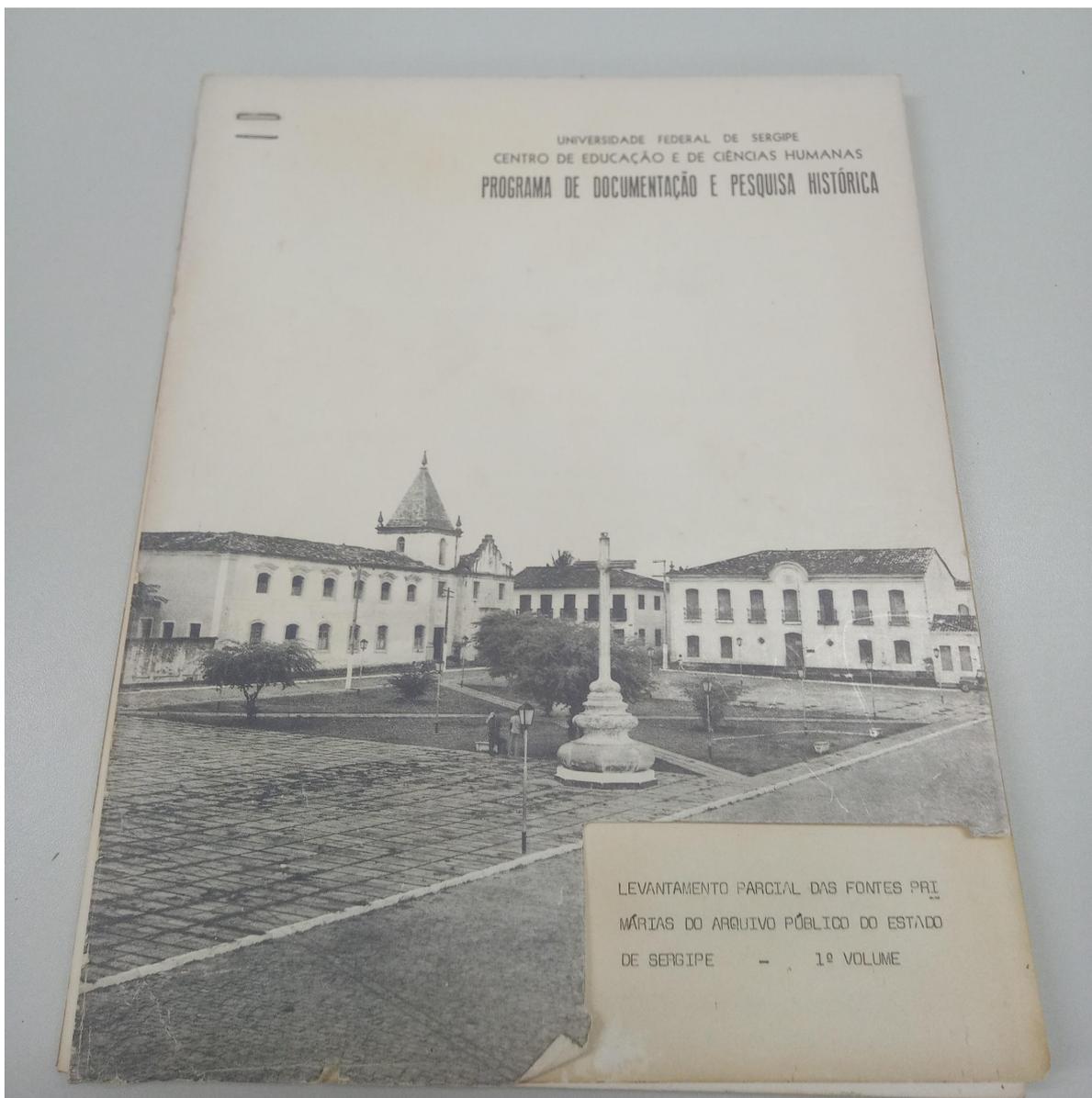


Fig. 1: Fotografia do Caderno do PDPH que contém o 1º volume do Levantamento Parcial das Fontes Primárias do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). DINIZ, Diana Maria de Faro Leal et al. Levantamento Parcial das Fontes Primárias do Arquivo Público do Estado de Sergipe. São Cristóvão - SE: PDPH, 1982. Fonte: Arquivo pessoal.

Então, pode-se dizer que o DFI na década de 1980 registrou um crescimento considerável do número de projetos de pesquisa e conseqüentemente de publicações, algumas em formato de livros, tal como o intitulado “Memória Histórica da Indústria Sergipana” (1986), que contou com a participação de diversos professores para a sua produção (SANTOS, 1999). O projeto “Resgate da Memória Histórica: Canudos Ontem e Hoje”, aprovado pelo DFH em 1987, segundo Santos (1999, p. 168), reverberou ao ponto de trazer a temática de Canudos para “escolas de 1º e 2º graus, Sindicatos e outras parcelas da sociedade”.

No mesmo ano da transferência do PDPH para o DFH, foi realizado o I Encontro Estadual de História, que, conforme Santos (1999), estimulou a promoção de diversos seminários e cursos durante a década de 1980 e 1990, coordenados pelas professoras Maria de Lourdes do Amaral Maciel, Maria das Graças Menezes Moura, Lenalda Andrade Santos e Terezinha Alves de Oliva. Ainda segundo a autora, chegaram a participar historiadores reconhecidos nacionalmente, dentre eles Déa Ribeiro Fenelon e Ciro Flamarion Cardoso.

Desta forma, dado todo o histórico de aproximação do curso com a pesquisa, convém salientar que, sobretudo, assim como diz o professor Lourival, "o PDPH foi um marco fundamental para o avanço dos estudos sobre a História de Sergipe, para a historiografia sergipana" (SANTOS, L. S., 2022). Mais precisamente, ele se apresentou como o primeiro espaço do DHI a divulgar a produção acadêmica do próprio DHI. Os trabalhos publicados e concentrados nele representavam os frutos do empenho aplicado pelos professores e alunos do curso desde a década de 1970, mediante os levantamentos das fontes primárias sobre Sergipe e a escrita de textos a partir delas. Dentre eles estavam as monografias dos 8 alunos que cursaram o bacharelado entre os anos de 1981 e 1992. Com efeito, esses trabalhos contribuíram, cada um à sua maneira, para a historiografia sergipana, correspondendo eles aos respectivos títulos, seguidos do seu ano de publicação e da sua autoria: "Política das Salvações: um estudo de caso" (1982), de Josevanda Mendonça Franco; "Fundo de Emancipação de Escravos em Sergipe" (1983), de Josefa Perpétua de C. Lima e Josefa Eliana de Sousa; "O Ideal Republicano em Sergipe" (1986), de Lourival Santana Santos; "Cartas de Alforria em Sergipe 1800/1854" (1987), de Ronaldo Nunes Linhares; "Centro Histórico de Aracaju" (1989), de Josefa Naide de Barbosa; "O cotidiano dos Operários da Indústria Têxtil Sergipana" (1990), de Antônio Lindvaldo de Souza; e "Cartas de Alforria e a Religiosidade de Sergipe 1780/1820" (1991) (SANTOS, 1999).

Em tal caso, o marco estabelecido até o ano de 1992 para a contagem dos alunos reserva alguns motivos. A princípio, entende-se que o bacharelado restituído em 1981 começou a passar por uma crise de identidade em função de uma reforma ocorrida do Projeto Didático-Científico no ano de 1993, que, dentre as suas novidades, implementou na licenciatura a obrigatoriedade da produção de uma monografia no final do curso. Em segundo lugar, Santos (1999) relata em seu livro que o curso de bacharelado acabou em 1992 em decorrência da implementação dessa reforma, informação equivocada, já que no Art. 9º da Resolução nº 10/93/CONEP consta a seguinte diretriz:

Após a conclusão da Licenciatura, os alunos poderão solicitar continuidade de estudos para o Bacharelado, devendo para tanto cursar as disciplinas 402073 - Pesquisa Histórica I e 402074 - Pesquisa Histórica II.

No total, 13 alunos se formaram pelo bacharelado entre 1993 e 2011, ano em que o curso definitivamente foi extinto, de acordo com a Resolução nº 01/2010 do CONEPE. Contudo, a informação equivocada pode ser interpretada como um importante indício a respeito da crise que o bacharelado começou a enfrentar desde aquele momento, questões que demandam ser discutidas em um novo trabalho de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme havia dito Nascimento (2013, p. 298) há uma década, "muitos alunos das licenciaturas e bacharelados em História desconhecem a história de seu próprio curso". Essa frase, a princípio, aparenta dizer algo suspeito, já que espera-se que um curso que visa formar profissionais na área de História, naturalmente, preze pelo conhecimento acerca da sua própria História. Mas quando conferimos o que se produziu até o momento sobre a História do curso de História pela UFS, notamos que essa frase, infelizmente, descreve um problema que não somente foi realidade, como também ainda é. Poucos foram os trabalhos que se dedicaram a analisar a sua história.

Como bem lembra a professora Terezinha, “temos o trabalho da professora Lenalda, uma ou outra monografia, mas nós não temos uma obra de fôlego como a Geografia já fez. Então, nisso, nós também não podemos ficar para trás como estamos” (OLIVA, 2022). Já nos basta o atraso na instituição do primeiro Programa de Pós-graduação em História, que havia sido planejado de forma pioneira em relação aos outros cursos (inclusive antes do de Geografia), mas que foi adiado durante décadas. Torna-se mais que necessário produzir e divulgar mais trabalhos que contemplem a História do nosso curso.

Escrever sobre o curso de bacharelado, nesse sentido, não representou simplesmente a tentativa de suprir uma lacuna acadêmica, mas também uma atitude em apelo à preocupação dos professores e dos alunos do Departamento para com os rumos do curso de História. Embora tenha sido um curso que, conforme pôde ser visto, se destacou pelo seu pioneirismo em relação à implementação da pesquisa na licenciatura, e que, mesmo após o golpe sofrido no tocante à sua autonomia e qualidade de formação (em razão da implementação do curso de Estudos Sociais), deu início a uma série de investidas à favor da pesquisa e a um modelo de formação em 1993 que previa a superação da dicotomia entre ensino e pesquisa, ainda no ano de 2023 não possui um doutorado.

A pesquisa sobre o bacharelado, nessa lógica, abre espaço para novas discussões acerca dos caminhos que o curso de História vem trilhando. Sob boas justificativas, o estudo sobre o seu fim definitivo em 2011 ficou reservado para um trabalho mais aprofundado num futuro próximo. Há muitas questões que ainda precisam ser respondidas, e suas respostas são

mais complexas do que aparentam ser. Numa tentativa apressada de obter respostas para essas situações, por exemplo, é comum acreditar-se que a existência do bacharelado representava um impasse condicional, "ou bacharelado ou mestrado", posto que a identidade de ambos se assemelhava em alguns sentidos. Mas essa afirmativa é posta em cheque quando observamos o desenvolvimento dos espaços para a formação na área de pesquisa no curso de Geografia pela UFS. Mesmo tendo sofrido tanto quanto o de História, no que se refere à implementação do curso de licenciatura em Estudos Sociais, ele não apenas instituiu um bacharelado em 1981 (que permanece até os dias atuais), mas também seu Programa de Pós-graduação em 1983, que deu origem ao mestrado em 1985 e ao doutorado em 2006 (CAMPOS, 1999). Em 2009, ainda estava sendo instituído o primeiro Programa de Pós-Graduação em História na UFS, que deu origem ao mestrado.

Portanto, a partir de todo o balanço feito nesta pesquisa, que teve por objetivo discutir a construção da identidade do antigo curso de bacharelado levando em consideração a dicotomia entre teoria/prática, ensino/pesquisa e licenciatura/bacharelado, entende-se que o bacharelado foi um curso multifacetado, assim como o de licenciatura. Ambos tiveram sua identidade confrontada, o que os fez assumir diferentes perfis ao longo da história.

No entanto, é possível notar que a da licenciatura, ao que tudo indica, se fortaleceu, à medida que abraçou a ideia de um curso integrado, capaz de formar um profissional apto para ambas as áreas, de ensino e pesquisa em História. Já a identidade do bacharelado, se restringiu à pesquisa, e se já era questionada desde o início por representar as disciplinas "específicas" da área de História, como durante os primeiros anos do curso (1951-1963), passou a ser confrontada por não delimitar a diferença dos seus objetivos para os novos incluídos na licenciatura em 1993. Nesse caso, entra a problemática da não existência de dois cursos para um mesmo fim, e, talvez, do temor pela volta da conotação inferior ao curso de licenciatura, no sentido de que, apesar do bacharelado também formar profissionais em pesquisa, poderia se pensar que "ele formaria em um nível superior ao da licenciatura", mesmo estando no mesmo nível de formação inicial, isto é, o de graduação.

Mas ainda há muito o que se discutir sobre essa problemática, visto que, por exemplo, algumas disciplinas comumente atribuídas ao bacharelado, como Paleografia, Arquivologia, Cartografia etc, não são oferecidas pela licenciatura, e quando são, aparecem apenas como optativas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. e atual – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014.
- CAMPOS, Antônio Carlos. O espaço da geografia na história da UFS. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). **UFS: história dos cursos de graduação**. São Cristóvão: UFS, 1999. 293 p.
- CERRI, Luis Fernando. A formação de professores de História no Brasil: antecedentes e panorama atual. **história, histórias**. Brasília, vol. 1, n. 2, 2013.
- COELHO, Mauro Cezar. **Cartografia da Graduação: Censo da Formação Inicial em História (Licenciatura e Bacharelado) no Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, pp. 10.
- COSTA, Áurea de Carvalho; NETO, Samuel de Souza. Imagens e Projetos na Formação de Professores – pela superação das dicotomias nos currículos das licenciaturas. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática** - vol. 11, nº 20, jan.- jun.-2003 e nº 21, jul.-dez.-2003, p. 47-50.
- DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012. (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15) 492 p.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal et al. **Levantamento Parcial das Fontes Primárias do Arquivo Público do Estado de Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE: Programa de Documentação e Pesquisa Histórica, 1982.
- FAGUNDES, Tatiana Bezerra. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. **Revista Brasileira de Educação**. vol. 1, nº 65, 2016.
- FERREIRA, Angela Ribeiro et al. **Não à Resolução n 02/2019 – os impactos da BNC – FP**

sobre os cursos de graduação em história (Licenciatura e Bacharelado): o que precisamos saber? São Paulo – SP: Associação Nacional de História (ANPUH), nov. 2021.

FONSECA, Selva Guimarães; MESQUITA, Ilka Miglio de. Formação de professores de História: experiências, olhares e possibilidades. **História Unisinos**, vol. 10, nº 3, 2006.

FREITAS, Itamar. **Didáticas da história: entre filósofos e historiadores (1690-1907)** - Natal: Editora da UFRN, 2015. 98 p.

FREITAS, Itamar. **Historiografia Sergipana**. São Cristóvão - SE: Editora UFS, 2007. 310 p.

GALDINO, Eloisa et al. **Historiografia Sergipana Contemporânea (1995-1997): análise das monografias do curso de História da UFS**. Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 1997.

JOUTARD, Phillipe. História Oral: balanço da metodologia e da produção dos últimos 25 anos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.) **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 265-304 – 2013.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da história na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2011.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *In*: **Projeto História**. São Paulo, nº 14, fevereiro de 1997.

RICCI, Claudia Sapag. Historiador e/ou professor de História: a formação nos cursos de graduação de História. **Revista História Hoje**, v. 4, nº 7, p. 107-135 – 2015.

SANTOS, Lenalda Andrade. Curso de História: resgate da memória histórica. *In*: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). **UFS: história dos cursos de graduação**. São Cristóvão: UFS, 1999. 293 p.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas

teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - n. 1, julho de 2009.

SILVA, João Carlos da. O Ensino de História no Contexto da Legislação Educacional Brasileira. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v.20, n.40, p.81-96, jul./dez. 2014.

SOUSA, Antonio Lindvaldo. **História e Historiografia sergipana: notas para reflexão**. São Cristóvão: CESAD, 2013.

SOUZA, Josefa Eliana. **História e Memória Universidade Federal de Sergipe: 1968-2012**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, 448 p.

FONTES DOCUMENTAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa. Altera distribuição de disciplina do I Ciclo, fixada pela resolução 04/71. VICE-REITOR Dr. Luís Bispo. **RESOLUÇÃO N° 06/71/CEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1971.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa. Aprova projeto de pesquisa. REITOR Dr. João Cardoso Nascimento Júnior. **RESOLUÇÃO N° 10/72/CEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1972.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa. Aprova Currículo Profissional do Curso de História. REITOR Dr. João Cardoso Nascimento Júnior. **RESOLUÇÃO N° 12/72/CEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1972.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa. Aprova agregação de Departamento. REITOR Dr. Luís Bispo. **RESOLUÇÃO N° 17/72/CEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1972.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa. Aprova currículos de Licenciatura. REITOR Dr. José Bispo. **RESOLUÇÃO N° 13/75/CEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1975.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa.

Aprova regulamento de Pesquisa. VICE REITOR Dr. José Lopes Gama. **RESOLUÇÃO N° 23/75/CEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1975.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Centro de Educação e Ciências Humanas. Transfere o Programa de Documentação e Pesquisa Histórica para o âmbito do Departamento de Filosofia e História e dá nova forma à sua regulamentação. PRESIDENTE DO CONCECH Prof. José Alexandre Felizola Diniz. **RESOLUÇÃO N° 01/84/CONCECH**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino e da Pesquisa. Aprova o Projeto Didático-Científico do Curso de História. REITOR Prof. Luiz Hermínio de Aguiar Oliveira. **RESOLUÇÃO N° 10/93/CONEP**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 1993.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (São Cristóvão - SE). Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Extingue o Curso de História Bacharelado (421) e dá outras providências. REITOR Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho. **RESOLUÇÃO N° 01/2010/CONEPE**, [S. l.]: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

STADNIKY, Hilda Pívaro; SILVA, Arlete Vieira da. Arrolamento de fontes primárias para um estudo revisional de estrutura fundiária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.3, p. 1119-1120. Resumo.

FONTES ORAIS

OLIVA, Terezinha Alves de. Professora emérita do departamento de História da UFS. Entrevista concedida a Débora Barbosa de Vasconcelos Matos em 27 de setembro de 2022. Aracaju - SE.

SANTOS, Lenalda Andrade. Professora aposentada do departamento de História da UFS. Entrevista concedida a Débora Barbosa de Vasconcelos Matos em 27 de outubro de 2022. Aracaju - SE.

SANTOS, Lourival Santana. Professor do departamento de História da UFS. Entrevista concedida a Débora Barbosa de Vasconcelos Matos em 21 de setembro de 2022. São Cristóvão - SE.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Entrevistadora: Débora Barbosa de Vasconcelos Matos

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

Entrevistado(a): Profa. Ma. Lenalda Andrade Santos

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1) Para darmos início, gostaria que a senhora informasse seu nome completo, data e local de nascimento.
- 2) Professora, a senhora se lembra de algumas disciplinas, projetos, professores? Quais deles marcaram a sua graduação?
- 3) Como a senhora descreveria o curso de História na época em que cursou? O curso era voltado para formar que tipo de profissional?
- 4) Durante a graduação, havia algum tipo de experiência com pesquisa?
- 5) O que a senhora poderia dizer sobre o Programa de Documentação de Pesquisa Histórica (PDPH)? De que forma ele contribuiu para o avanço da pesquisa no Departamento de História?
- 6) Como a senhora enxergou a reforma que estabeleceu, em 1981, a licenciatura seguida do bacharelado? O que a senhora poderia dizer sobre essa configuração?
- 7) Quando a senhora ingressou como professora no Departamento de História na UFS e quais disciplinas ministrou ao longo da sua carreira?
- 8) A senhora se recorda de algumas das monografias que orientou, tanto no bacharelado quanto na licenciatura? Quais os principais temas de pesquisa trabalhados?
- 9) O que a senhora poderia dizer sobre as implicações da reforma de 1993, que acabou com a separação entre professor e pesquisador, para o bacharelado em História?

- 10) Quais dificuldades a senhora pôde observar no bacharelado? Qual era o nível de interesse dos alunos, em geral, em optar pelo bacharelado e dar continuidade aos estudos? Nas condições em que vivenciou, como a senhora avaliaria o curso de bacharelado em História?
- 12) O que a senhora lembra acerca do posicionamento dos outros professores do departamento em relação ao bacharelado?
- 13) Qual a senhora considera ter sido o principal motivo da extinção do bacharelado em História na UFS?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Entrevistadora: Débora Barbosa de Vasconcelos Matos

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

Entrevistado(a): Profa. Dra. Terezinha Alves de Oliva

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1) Para darmos início, gostaria que a senhora informasse seu nome completo, data e local de nascimento.
- 3) Professora, de onde surgiu o interesse em ingressar no curso de História? Quando e como foi o processo para ingressar no curso?
- 4) A senhora lembra de algumas disciplinas, projetos, professores? Quais deles marcaram a sua graduação?
- 5) Agora, professora, gostaria que a senhora me falasse sobre a sua monografia de conclusão de curso e sobre quem a orientou.
- 6) Como a senhora descreveria o curso de História na época em que cursou? O curso era voltado para formar que tipo de profissional?
- 7) O que a senhora poderia dizer sobre o Programa de Documentação de Pesquisa Histórica (PDPH)? Ele contribuiu para o avanço da pesquisa no Departamento de História?
- 8) Como a senhora enxergou a reforma que estabeleceu, em 1981, a licenciatura seguida do bacharelado? O que a senhora poderia dizer sobre essa configuração?
- 10) Quando a senhora ingressou como professora no Departamento de História na UFS e quais disciplinas ministrou ao longo da sua carreira?
- 11) A senhora se recorda de algumas das monografias que orientou, tanto no bacharelado quanto na licenciatura? Quais os principais temas de pesquisa trabalhados?

12) O que a senhora poderia dizer sobre as implicações da reforma de 1993, que acabou com a separação entre professor e pesquisador, para o bacharelado em História?

13) Quais dificuldades a senhora pôde observar no bacharelado? Qual era o nível de interesse dos alunos, em geral, em optar pelo bacharelado e dar continuidade aos estudos? Nas condições em que vivenciou, como a senhora avaliaria o curso de bacharelado em História?

14) O que a senhora lembra acerca do posicionamento dos outros professores do departamento em relação ao bacharelado?

15) Qual a senhora considera ter sido o principal motivo da extinção do bacharelado em História na UFS?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Entrevistadora: Débora Barbosa de Vasconcelos Matos

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias.

Entrevistado(a): Prof. Dr. Lourival Santana Santos

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1) Quando o senhor ingressou no bacharelado em História pela UFS? O que o levou a dar continuidade nos estudos e optar também pelo bacharelado?
- 2) O senhor lembra quais foram os seus professores e quais disciplinas cursou?
- 3) Qual tema o senhor desenvolveu na monografia? Quem o orientou?
- 4) Através da sua experiência enquanto estudante, como o senhor avaliaria o curso? O senhor acha que ele teve importância para a sua carreira de professor universitário?
- 5) Já como professor do Departamento de História, quais disciplinas o senhor ministrou no bacharelado? Quais os principais temas de pesquisa trabalhados?
- 6) O senhor se recorda do Programa de Documentação de Pesquisa Histórica (PDPH), implantado em 1981? Se sim, qual importância o senhor acredita que ele teve para o bacharelado?
- 7) O que o senhor poderia dizer sobre as implicações da reforma de 1993, que acabou com a separação entre professor e pesquisador, para o bacharelado em História?
- 8) Quais dificuldades o senhor pôde observar no bacharelado? Qual era o nível de interesse dos alunos, em geral, em optar pelo bacharelado e dar continuidade aos estudos?
- 9) Nas condições em que vivenciou enquanto professor, como o senhor avaliaria o curso de bacharelado em História? O senhor notou muitas alterações no curso durante o período em que esteve como aluno e como professor?
- 10) O que o senhor poderia dizer sobre a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Bacharelado em História, organizada e apresentada, em 2009, pelos professores do

Departamento de História Luis Eduardo Pina Lima, Francisco José Alves e Marcos Silva em defesa da permanência do Bacharelado em História?

11) Em outras circunstâncias, o senhor teria votado a favor da permanência do bacharelado em História pela UFS? Por quê?

12) Qual o senhor considera ter sido o principal motivo da extinção do bacharelado em História na UFS?



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
RESOLUÇÃO Nº 10/2014/CONEPE



ANEXO II

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA

Autorizo a Universidade Federal de Sergipe a disponibilizar, através de seu Repositório Institucional e catálogo online do Sistema de Bibliotecas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o texto integral da obra abaixo citada, em formato digital, para fins de leitura, impressão e download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir da data abaixo firmada.

() Especialização (X) Graduação () Residência médica

Núcleo/Departamento: História

Título: História do curso de bacharelado em História pela UFS (1953-1993)

Autor: Debora Barbosa de Vasconcelos Mates

CPF: 078 89039580 E-mail: debora.barbosa.ufs@gmail.com

Orientador: Carlos de Oliveira Malaquias

CPF: _____ E-mail: carlosmalaquias@academico.ufs.br

Data de conclusão: 25 de novembro de 2022

Data de depósito: 24 de abril de 2023

Debora Barbosa de Vasconcelos Mates

Assinatura do Autor